

UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

JÚLIA LOURENÇÃO

**SEGURANÇA ENERGÉTICA: O PETRÓLEO E SUA
INFLUÊNCIA NA ECONOMIA MUNDIAL**

BAURU
2015

JÚLIA LOURENÇÃO

**SEGURANÇA ENERGÉTICA: O PETRÓLEO E SUA
INFLUÊNCIA NA ECONOMIA MUNDIAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Profa. Ma. Beatriz Sabia Ferreira Alves.

BAURU
2015

L892s	<p data-bbox="548 953 753 982">Lourenção, Júlia</p> <p data-bbox="548 1024 1281 1129">Segurança energética: o petróleo e sua influência na economia mundial / Júlia Lourenção. -- 2015. 57f. : il.</p> <p data-bbox="594 1171 1240 1201">Orientadora: Profa. Ma. Beatriz Sabia Ferreira Alves.</p> <p data-bbox="548 1276 1281 1381">Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade do Sagrado Coração – Bauru – SP.</p> <p data-bbox="548 1411 1281 1507">1. Petróleo. 2. Segurança Internacional. 3. Geopolítica. 4. Estados Unidos. 5. Oriente Médio. I. Alves, Beatriz Sabia Ferreira. II. Título.</p>
-------	--

JÚLIA LOURENÇÃO

**SEGURANÇA ENERGÉTICA: O PETRÓLEO E SUA INFLUÊNCIA NA
ECONOMIA MUNDIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Profa. Ma. Beatriz Sabia Ferreira Alves.

Banca examinadora:

Profa. Ma. Beatriz Sabia Ferreira Alves
Universidade do Sagrado Coração

Profa. Ma. Roberta Cava
Universidade do Sagrado Coração

Prof. Esp. Sebastião Clementino da Silva
Universidade do Sagrado Coração

Bauru, 08 de dezembro de 2015.

Dedico este trabalho à minha mãe por ter me apoiado ao longo do curso, e ao meu avô por, mesmo ausente, ter me dado condições de realizar meu sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à todos que estiveram ao meu lado durante esses quatro anos. Aqueles que, mesmo de longe, se fizeram presente na minha caminhada e aqueles que perto de mim puderam vivenciar os melhores momentos da minha vida.

Agradeço à minha família pelo apoio, paciência e amor durante todos os anos da minha vida.

Agradeço aos meus animais, Lucy e Pedro, por me mostrarem o real significado de lealdade e companheirismo.

Agradeço aos meus amigos pela amizade, compreensão e pela alegria em tê-los ao meu lado.

Agradeço à minha coordenadora e orientadora, Beatriz Sabia, pela ajuda e atenção na realização do meu trabalho. Agradeço também ao seu antecessor, Daniel Freire, pela excelente condução do curso de Relações Internacionais frente ao cargo de coordenador.

Agradeço principalmente a turma de Relações Internacionais de 2012 da Universidade do Sagrado Coração por ter me dado à honra de viver tantos momentos especiais. Agradeço à vocês pela amizade, companheirismo e carinho. Obrigada, meus amigos!

Agradeço, em especial, ao meu amigo Kauê Vétère Brito pelo amor, carinho e atenção que levarei eternamente em meu coração. Agradeço por ter me deixado fazer parte da sua história e com sua presença iluminada ter marcado a minha com alegria e paixão.

RESUMO

O presente trabalho pautará a questão econômica e política do petróleo em âmbito mundial, bem como seu papel como agente de segurança internacional.

A realidade complexa que envolve os recursos energéticos se dá por meio da alta demanda mundial em detrimento da oferta que é controlada por países distintos. Grande parte desses países, em especial aqueles localizados no Oriente Médio, encontra uma dificuldade significativa para explorar suas reservas, considerando que a região é área de diversos conflitos. Não obstante, o papel dos Estados Unidos na dinâmica energética é irrefutavelmente relevante, ainda que nos dias atuais o país seja considerado mais consumidor do que exportador de petróleo.

Os conflitos energéticos deixam claro que o petróleo ainda tem poder expressivo no cenário internacional. Isso porque para os principais países exportadores de petróleo (mais especificamente a Arábia Saudita), essa matéria-prima é a única riqueza propriamente dita produzida por eles, fazendo com que os recursos energéticos sejam os motores de suas economias.

Sendo o petróleo um dos principais agentes econômicos e políticos, torna-se primordial uma análise aprofundada desde sua origem até a atual crise energética, a fim de compreender sua influência mundial.

Palavras-chave: Petróleo. Segurança Internacional. Geopolítica. Estados Unidos. Oriente Médio.

ABSTRACT

This academic work will interline the economic and political issue about oil in the global scale, as well your role as an international security agent.

This complex reality that involves the energy resources is through the high global demand over the offering which is controlled by several states. The majority of this states, especially those located in the Middles East, encounter a huge trouble to explore is reserves, seeing that this is a conflict region. In despite of it, the United States role in the energy dynamics is undeniably relevant, although currently the U.S.A is considered a consumer state more than an exporter of oil.

The energy conflicts make it clear that oil still has a significant power at the international scene. That is because for the major states that export oil (such as the Saudi Arabia), this raw material is only treasure produced by them, making the energy resources the engines of their economies.

Being the oil one of the major economics and politics agents, became primordial a depth analysis since its origin until the currently energy crisis, for the purpose of understand the oil power.

Keyword: Oil. International Security. Geopolitics. United States. Middle East.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	PERSPECTIVA HISTÓRICA DO PETRÓLEO	12
2.1	DESCOBERTA DAS PRIMEIRAS JAZIDAS	12
2.2	A SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E ASCENSÃO DO PETRÓLEO COMO FONTE ENERGÉTICA	13
2.2.1	A Geopolítica energética contemporânea	14
2.3	CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA OPEP	15
2.4	SOBRE A DETERMINAÇÃO DO PREÇO DO PETRÓLEO	17
2.5	AS CRISES DO PETRÓLEO	19
2.6	A INFLUÊNCIA DAS NOVAS FONTES DE ENERGIA	23
3	O DEBATE TEÓRICO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL	26
3.1	PANORAMA	26
3.2	ESCOLA DE COPENHAGUE	32
3.3	OS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA SEGUNDO BUZAN E WAEVER	34
3.4	O QUE É SEGURANÇA ENERGÉTICA?	36
4	ASPECTOS ESTRATÉGICOS DAS DISPUTAS DE PETRÓLEO E SEGURANÇA INTERNACIONAL	38
4.1	A ATUAL CRISE ENERGÉTICA PETROLÍFERA E O ENVOLVIMENTO DAS ZONAS PETROLÍFERAS NA LÓGICA DAS GUERRAS POR RECURSOS ..	38
4.2	A GEOPOLÍTICA POR DISPUTAS DO PETRÓLEO: EUA E ORIENTE MÉDIO	41
4.3	O ENVOLVIMENTO DAS GRANDES POTÊNCIAS NOS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA	47
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	54

1 INTRODUÇÃO

Este projeto pautará a conflituosa questão das disputas do Petróleo, em especial o Oriente Médio e os Estados Unidos, abordando a perspectiva histórica dessa fonte de energia e sua influência no atual cenário internacional.

Na atual conjuntura de importância das energias renováveis e, prioritariamente, a ascensão do Petróleo como sinônimo de poder, principal fonte de energia e base para fabricação de diversos produtos, torna-se essencial uma análise aprofundada do seu impacto no mundo atual visando à questão de como sua importância e disputa afetam diretamente o conceito de segurança internacional. Para isso, é necessário estudar a organização responsável pela sua dinâmica, a OPEP e traçar a influência que ela exerce nos atuais conflitos e de que forma ela poderá controlar e fiscalizar o fluxo de Petróleo entre seus principais exportadores e consumidores a fim de assegurar a segurança internacional.

A escolha desse tema se justifica pelo meu interesse profissional em trabalhar na área petrolífera, levando em consideração o grande avanço e importância do Petróleo no cenário internacional.

Atualmente, o Petróleo se tornou um artefato de poder mundial valiosíssimo para àqueles que o exportam e consomem, em especial aos Estados Unidos e Oriente Médio.

Seu poder, contudo, gera instabilidade à segurança internacional uma vez que a disputa pela sua exportação, consumo e produção vem causando ao longo dos anos conflitos entre os Estados e petrolíferas, que detêm suas reservas.

Para tanto, é essencial que a OPEP exerça seu papel de influência no controle e na fiscalização das reservas de petróleo bem como de seus principais fluxos, entretanto ficará claro que uma parte dos atores energéticos não faz parte da Organização, dificultando sua atuação. Com base nisso, este projeto trará uma análise da geopolítica energética, seus impactos nas relações entre países com foco na segurança internacional, a fim de assegurar que o Petróleo não cause tamanha insegurança nos grandes polos petrolíferos.

A questão do Petróleo é muito mais densa e conflituosa do que pensamos. Ainda que sua ascensão seja consideravelmente recente, seus conflitos vêm de muito tempo, principalmente entre Estados Unidos e Oriente Médio. Contudo, com novos atores como, por exemplo, o Brasil e a China, esse tema se tornou ainda mais importante, quanto preocupante, levando em conta sua maior abrangência geopolítica e a sede de grandes corporações e Estados em seu poder.

Este projeto tem como embasamento teórico, a Interdependência dentro das teorias de Relações Internacionais à fim de melhor explicar a relação de poder entre os membros da OPEP, demais países relacionados ao Petróleo e empresas petrolíferas.

Durante o projeto, a teoria da Interdependência ficará explícita no debate do grande fluxo pela demanda de Petróleo no mundo, mais precisamente no Oriente Médio e na América do Norte. O poder do Petróleo se concentra na mão de seus

produtores, contudo, há uma necessidade de consumo por parte de países que não desfrutam de matéria prima para produzi-lo. Dessa forma, países consumidores dependem da produção e da comercialização do Petróleo por parte de seus principais exportadores, gerando assim uma interdependência entre Estados.

Tomando como base autores como Barry Buzan, Ole Weaver, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Igor Fuser, dentre outros, relacionaremos o Petróleo como questão fundamental no setor de segurança internacional.

O primeiro capítulo abordará a perspectiva histórica do petróleo, desde a descoberta de suas primeiras jazidas no Azerbaijão, passando pelas primeiras reservas oficializadas na Rússia até o momento de sua ascensão, com a Segunda Revolução Industrial. Atualmente, as principais e maiores reservas de petróleo do mundo estão localizadas no Oriente Médio, tornando a região uma riqueza para aqueles que têm acesso à ela, além condena-la a uma área de conflito constante causado pela incessante disputa por recursos energéticos. Um ator de alta relevância no setor energético, a OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo- tem perdido espaço no atual cenário por não conseguir administrar a dinâmica energética também influenciada por países não membros, bem como pelos países do bloco, em especial a Arábia Saudita, ditarem suas próprias regras. As crises do petróleo evidenciaram a problemática dependência mundial do petróleo, acendendo nos países a preocupação em relação a substituição dessa matéria-prima por outras fontes de energia, como o gás natural e o xisto betuminoso.

O segundo capítulo trará uma análise do conceito de segurança internacional, fazendo um panorama da evolução das vertentes de segurança conforme os eventos ocorridos no mundo. Até os momentos pré Guerra Fria, o termo segurança limitava-se a questões militares e políticas, todavia com o fim da guerra e, conseqüentemente, o início de uma nova era, novas concepções foram surgindo se criando a necessidade dos Estados em fazer da segurança internacional uma prioridade na agenda. Traremos para o debate a influência da Escola de Copenhague na definição de segurança internacional, principalmente na Europa, onde - dado a integração regional do continente, em especial a União Europeia -, fez-se preciso uma noção comum de segurança. Para tanto, Barry Buzan e Ole Waever, um dos criadores da Escola, defendem o conceito de complexos regionais de segurança, tratando da segurança internacional não só como um conceito a ser defendido nacionalmente, mas regionalmente com base na geopolítica.

Por último, traremos a influência do petróleo nos conflitos por disputa de recursos energéticos e como essa fonte de energia se tornou uma ameaça à segurança internacional. A demanda cada vez maior por recursos energéticos tem intensificado a disputa para obtenção de fontes de energia. Diversas tensões, em especial no Oriente Médio, foram originadas por questões energéticas, como a Invasão no Iraque comandada pelos Estados Unidos que, por sua vez, exerce influência fundamental na região. Por meio da análise desses conflitos ficará evidente o poder do petróleo na geopolítica e segurança internacional.

2 PERSPECTIVA HISTÓRICA DO PETRÓLEO

Esse capítulo tratará da questão histórica do Petróleo, desde os primeiros relatos do seu uso em meados de 4000 AC - onde era usado na construção de moradias e estradas - passando pela descoberta das primeiras jazidas no Azerbaijão, sua ascensão pós Segunda Revolução Industrial, a criação da maior organização internacional do Petróleo - a OPEP - bem como trará as crises do Petróleo, a determinação dos preços dos barris e a influência das novas fontes de energia.

2.1 DESCOBERTA DAS PRIMEIRAS JAZIDAS

Os primeiros relatos da extração do Petróleo são datados em meados de 4000 AC, onde era usado na pavimentação de estradas, calafetação de moradias, bem como aquecimento e iluminação. Não obstante, as sociedades antigas o utilizavam a fim medicinal, os egípcios para a conservação das múmias e os árabes o usavam para fins bélicos. (FUSER, 2014).

Contudo, a primeira jazida *offshore*¹ de Petróleo só foi reportada em 1803, no Mar Cáspio, mais precisamente no Azerbaijão. Em Baku, capital do Azerbaijão, em 1846 foi perfurado o primeiro poço moderno, levando o Estado a ser considerado o maior produtor de Petróleo do século XIX, e sendo ainda hoje um importante ator no cenário energético. (BANDEIRA, 2013).

A partir desse momento, diversos países, almejando uma posição de renome no sistema internacional, iniciaram a busca por Petróleo em território nacional, bem como as estratégias geopolíticas energéticas. A Rússia se consagrou como primeiro país a oficializar a descoberta de grandes quantidades de Petróleo em seu solo após o primeiro quarto do século. (CONANT; GOLD, 1981).

¹ Exploração petrolífera que operam ao largo da costa.

2.2 A SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E ASCENSÃO DO PETRÓLEO COMO FONTE ENERGÉTICA

Na segunda metade do século XIX, mais precisamente em 1850, ainda seguindo os passos da Revolução Industrial, a Inglaterra, na posição de potência mundial, deu início a uma série de inovações no campo industrial por meio da criação de novas tecnologias, instituindo-se assim a Segunda Revolução Industrial. (FUSER, 2014).

Com o desenvolvimento da Revolução Industrial, qualquer nação que desejasse uma alta posição no cenário mundial, ou qualquer indústria que desejasse aumentar seus lucros, necessitava implementar novas tecnologias em processos de produção. Dessa forma, em 1850, deu-se início o desenvolvimento industrial efetivo em diversas partes do mundo, a fim de se estabelecer novos conceitos industriais adequando-se à realidade pós Revolução Industrial. Os donos de meio de produção e capitais deram início ao direcionamento de recursos financeiros voltados para o avanço tecnológico em máquinas, equipamentos e procedimentos de produção com o propósito de acelerar, dinamizar a produtividade e conseqüentemente os percentuais de lucros. (FUSER, 2014).

Essa totalidade de inovações tecnológicas oportunizou uma flexibilidade produtiva no campo industrial dando espaço para o posicionamento de grandes nações europeias nos processos de industrialização, além de ter emergido a produção no seguimento de indústrias de forte peso, sendo elas: petroquímicas, siderúrgicas, metalúrgicas, automobilísticas, transporte naval e ferroviário.

À época, começou uma corrida por pesquisas científicas a fim de aperfeiçoar os processos industriais. Países e donos de indústrias ao redor do mundo começaram a investir seus capitais em cientistas capacitados para realizar novas descobertas revolucionárias que trariam o aumento da margem de lucros. Sendo assim, em 1850, o químico britânico James Young, residente na Escócia à época, foi responsável pela descoberta da extração do Petróleo através do xisto betuminoso e do carvão, criando assim, o processo de refinação. Dali em diante iniciou-se a busca por jazidas de Petróleo no Oriente Médio, Leste Europeu e América do Norte. O primeiro poço comercial foi perfurado na Romênia em 1857. Logo após, em 1858, o Canadá perfurou o primeiro poço das Américas e em 1859, o perfurador de poços

norte-americano Edwin Drake foi responsável pela primeira perfuração nos Estados Unidos, mais precisamente na Pensilvânia. (AUTOR, ANO).

2.2.1 A Geopolítica energética contemporânea

O século XX pode ser considerado o século da mudança nas fontes de energia, uma vez que, ainda que o Petróleo tenha iniciado seu refinamento ainda em 1850, somente após os primeiros 25 anos do século XX, ele se tornou a primeira fonte de energia mundial, tomando o lugar do carvão.

Até os primeiros 25 anos do século XX:

O carvão foi indiscutivelmente a principal fonte de energia para o mundo industrializado. As necessidades energéticas dos grande países podiam ser atendidas inteiramente por recursos internos ou suplementadas por fontes próximas. (CONANT; GOLD, 1981, p. 21).

O carvão teria mantido esse posto. Contudo no sul da Rússia foi descoberta uma imensa quantidade de Petróleo, seguida pelo Oriente Médio e Estados Unidos dando início à uma nova era energética, onde as vantagens do Petróleo ofuscaram a necessidade do consumo de energia por meio do carvão e a ascensão do Petróleo como principal fonte energética começou a se tornar cada vez mais evidente. É importante que se entenda os principais fatores que levaram a essa mudança: primeiramente, o preço, relativamente, mais barato do Petróleo em comparação ao preço do carvão e a sua capacidade de produção é muito maior; a descoberta de abundantes depósitos fez com que sua oferta se tornasse acima da do carvão; desde a extração até o refino, o Petróleo exige uma quantidade mínima de mão-de-obra, além de suas aplicações atingirem números extraordinários. (CONANT; GOLD, 1981)

Dessa forma, antes mesmo da Primeira Guerra Mundial, o Petróleo teve sua ascensão como principal fonte de energia, devido à diversos fatores geopolíticos que levaram as políticas externas e defesa das grandes potências à novas agendas impostas pelo acesso ao Petróleo. Contudo, as grandes buscas por campos de Petróleo não se deram, necessariamente, pela necessidade energética dos países. Para os ingleses, inicialmente o Oriente Médio era a ponte para Oriente e Índia, mas com a ascensão da nova fonte de energia, a região se tornou uma vantagem

estratégica contra os russos: acesso aos campos de Petróleo do Golfo Pérsico e do Irã. Não obstante, o desejo de se obter vantagem estratégica sobre a Inglaterra, despertou na Alemanha e na França, o interesse pelo Oriente Médio, ainda que o Petróleo em si não fosse a questão principal. Já para os Estados Unidos, o Oriente Médio se tornou um ponto estratégico comercial, sendo, talvez, somente para o Japão que a estratégia de suprimento energético tenha sido o motivo real das novas atividades externas.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a criação de Israel e expansão soviética na região, os interesses norte-americanos pelo Oriente Médio tomaram novas dimensões. A crescente legitimidade atribuída ao Petróleo no comércio internacional de energia ampliou consideravelmente as preocupações dos Estados Unidos e dos demais países industrializados, uma vez que essa mudança energética foi muito acelerada para que eles tivessem tempo de analisar e apurar as alternativas que dispunham para acompanhar a garantia necessária de suprimento.

2.3 CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA OPEP

Com ascensão do Petróleo como principal fonte de energia renovável em meados de 1960, se tornou necessária uma organização capaz de coordenar e unificar as políticas petrolíferas, além de assegurar um preço justo e estável dos barris de Petróleo para seus produtores e que ao mesmo tempo fosse capaz de suprir a demanda dos países consumidores.

Dessa forma, em setembro de 1960, em meio a uma transição política e econômica internacional, com a criação de diversos novos Estados independentes, cinco países produtores de Petróleo - Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela – se reuniram no que foi nomeada Conferência de Bagdá à fim de criar uma organização mundial no âmbito energético, nascendo assim, a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), com sede em Geneva, na Suíça e mudando a partir de 1965 para Vienna, na Áustria.

Ainda nessa época, o mercado internacional de Petróleo era determinado pelas companhias internacionais conhecidas como “Sete Irmãos”, cartel formado por:

1. Royal Dutch Shell (atualmente Shell)
2. Anglo-Persian Oil Company (atualmente BP)

3. Standard Oil of New Jersey (atualmente ExxonMobil)
4. Standard Oil of New York (após fundir-se com a Exxon se tornou parte da ExxonMobil)
5. Texaco (atualmente fundida com a Chevron)
6. Standard Oil of California (atualmente Chevron)
7. Gulf Oil (absorvida pela Chevron, hoje formando a Chevron Texaco)

Sendo assim, as “Sete Irmãs” se tornaram apenas quatro: ExxonMobil, Chevron Texaco, Shell e BP, aumentando o interesse dos países membros da OPEP por políticas energéticas que diminuíssem o monopólio dessas empresas, abrindo mais espaço para que os países produtores tivessem maior influência no mercado internacional. Com isso, em 1968 foi adotada a “Declaração de Política do Petróleo nos Países Membros” enfatizando o direito de todos os países praticarem sua soberania em seus recursos naturais com o interesse de desenvolvimento nacional.

Na década seguinte, em 1970, a OPEP teve números consideráveis de ascensão internacional, a partir do momento em que os membros tomaram controle das suas políticas industriais domésticas e aumentaram sua influência na determinação do preço bruto do Petróleo no mercado internacional. Com sua ascensão e influência internacional – agora a organização contava com 13 membros – em 1976 foi criado o Fundo para Desenvolvimento Internacional da OPEP como ajuda aos países membros.

Ao longo dos anos 2000, a OPEP assumiu um papel proeminente no setor petrolífero, a fim de enfrentar a crise econômica e tentar manter o preço o mais estável possível como contenção da recessão. Contudo, as crises do Petróleo ao longo dos anos – que serão tratadas mais adiante - descreditaram a capacidade e influência da OPEP no mercado internacional.

Depois dos dois “choques” petrolíferos, as medidas adotadas pelos países capitalistas mais industrializados para aliviar a dependência em relação à Opep começaram a dar resultados. Políticas de conservação de energia e a adoção de combustíveis alternativos (sobretudo a energia nuclear e o gás natural) reduziram o consumo de petróleo. Ao mesmo tempo, a extração do petróleo em grandes reservas até então inexploradas, no Mar do Norte, no Alasca e na África Ocidental, diminuiu a parcela do mercado mundial abastecida pela OPEP. (FUSER, 2005. p. 226).

Atualmente, com a questão climática altamente em pauta e, conseqüentemente, o petróleo, a Organização vem passando por mudanças políticas, tendo seu foco voltado para acordos multilaterais sobre meio ambiente como forma de buscar estabilidade no mercado, além de buscar uma aproximação e cooperação com países consumidores e países produtores não-membros da OPEP. Contudo, o grande desafio da organização no momento é se adequar aos novos mercados produtores de Petróleo, uma vez que uma grande parte dos grandes produtores se encontra fora dela, fazendo com que a OPEP não seja mais capaz de administrar e controlar o mercado petrolífero mundial, como era em seu princípio.

2.4 SOBRE A DETERMINAÇÃO DO PREÇO DO PETRÓLEO

Um das principais problemáticas acerca do Petróleo é volatilidade do seu preço, fazendo com que o processo de compra e venda dessa mercadoria se torne instável e delicado. Contudo, entender os fatores determinantes para que se estabeleça o preço do Petróleo envolve uma análise profunda e ampla baseando-se em diferentes aspectos geopolíticos, econômicos e financeiros.

Quando se pensa em determinação de preço de qualquer mercadoria, logo é levado em consideração o equilíbrio entre oferta e demanda como fator principal, se não único, de estabilidade. Todavia, segundo Jalife-Rahme (2005) o caráter volátil do Petróleo não pode ser determinado unicamente pelo caráter unidimensional, dessa forma ele se determina por meio da coexistência do que se denominou 'os cinco preços do Petróleo': preço financeiro, preço econômico, preço geopolítico, preço especulativo e preço desinformativo. Ainda de acordo com o autor, a cotação do preço do dólar, a geoestratégia do Petróleo juntamente com aspectos globais, financeiros e geopolíticos, além da influência dos agentes intervenientes no mercado – e seus poderes e controles- que interferem na determinação do preço do petróleo.

Não obstante, países-membros da OPEP; países produtores que não fazem parte da organização; as potências consumidoras industrializadas e desenvolvidas que fazem parte da Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE) e as grandes companhias petrolíferas multinacionais, que atuam na produção e no mercado, tem papel influente na determinação do preço. Ou seja, a determinação do preço do Petróleo se dá por diversos fatores, variando em grau

de incidência; ainda que menor possível, no conjunto geral, seu impacto será relevante.

Na década de 80, no que ficou conhecido como 'contra choque', os Estados Unidos firmaram um acordo de redução do preço do Petróleo com a Arábia Saudita – segundo maior exportador de Petróleo mundial e responsável por 35% da produção da OPEP – tendo como motivação interesses estadunidenses em proteger suas reservas e, supõe-se que principalmente, diminuir sua fatura de importação, uma vez que após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos passaram do status de grande exportador para pequeno importador de Petróleo. Dessa forma, o imperialismo norte americano começou a se tornar determinante para o mercado petrolífero. Contudo, essa redução decisiva no preço resultou em uma intensa busca de petróleo em outros países, tendo como principal consequência o 'estrangulamento' das reservas da URSS – principal produtor à época – que por fim levou a região à uma extrema recessão, uma vez que essa era dependente dos lucros petrolíferos. Sendo assim, é possível afirmar que a determinação do preço do Petróleo condicionou-se, por um certo tempo, aos interesses imperialistas dos Estados Unidos.

Já em meados dos anos 2000, o cenário de formatação do preço começou a ganhar novos atores, diminuindo assim a primazia dos interesses estadunidenses (ainda que, até hoje seja um ator de forte influência) no processo de determinação do preço do Petróleo. Com a crescente demanda da China e da Índia, dependentes do Petróleo para seu crescimento e desenvolvimento, o controle da OPEP no mercado – uma vez que países não-membros estagnaram em novas descobertas – as restrições no abastecimento (que não conseguiam alcançar a demanda) ,a fragilidade do dólar no mercado financeiro internacional e, não menos importante, a grande especulação financeira nas bolsas mundiais, levando em consideração a presença das grandes companhias petrolíferas e investidores no Conselho de administração das maiores bolsas que, tendo seus interesses pessoais, influenciam diretamente nas tomadas de decisões, já que esses grupos financeiros se movimentam sem fiscalização ou controle das autoridades fiscais nacionais, o preço do Petróleo tendenciou à uma alta elevada, dando início ao seu cenário de volatilidade.

2.5 AS CRISES DO PETRÓLEO

Os anos 70 se iniciaram demasiadamente sob um clima de pessimismo, onde o cenário mundial era dividido entre zonas de influências das duas potências mundiais da época: Estados Unidos e União Soviética. Dessa forma, os desdobramentos desse evento tiveram forte impacto no desenrolar da década de 70, operando mudanças não somente na condição econômica mundial como também em uma esfera política internacional.

A questão da Guerra Fria sem dúvida teve um impacto decisivo nos desdobramentos ocorridos na década de 70 do século passado, pois aliada à defesa dos interesses econômicos americanos, a questão política sempre perpassava na mente dos formuladores governamentais que precisavam visualizar o mundo de acordo com as interligações entre capitalistas e comunistas, além disso, era fundamental analisar sempre os interesses da URSS. (MARINHO, 2010, p. 2).

Paralelo ao cenário confuso e de incertezas em meio a Guerra Fria, o Oriente Médio começava a conquistar sua independência política com o fim do controle total de suas riquezas de produção petrolíferas por parte das “Sete Irmãs”. Com a onda de independência, o conflito entre israelenses e árabes se intensificou com a Guerra dos Seis Dias², em 1967, e mais tarde, em 1973, com a Guerra de Yom Kippur³, fazendo do Petróleo uma arma econômica, uma vez que, derrotados e humilhados, os árabes buscaram uma maneira de se chegar ao poder. Com isso, a fim de pressionar e se impor sob os países europeus e os Estados Unidos – que apoiaram Israel nos conflitos – os árabes, na condição de maiores produtores do outro lado, reduziram a produção de Petróleo, causando uma alta drástica no preço dos barris, resultando na maior crise do Petróleo que abalou a economia mundial. A Europa e o Japão tiveram que racionar energia pois consumiam entre 80% e 90% do Petróleo vindo do Oriente Médio, respectivamente, e o embargo reduziu a produção em até 15%. O principal alvo do embargo eram os Estados Unidos, contudo o país não era

² Foi um conflito armado que opôs Israel ao Egito, Jordânia e Síria, apoiados pelo Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Sudão, iniciado por um ataque das forças israelenses contra as bases das forças egípcias no Sinai.

³ Conflito militar ocorrido de 6 de outubro a 26 de outubro de 1973, onde Egito e Síria cruzaram as linhas de cessar fogo no Sinai e nas colinas do Golã, contra Israel.

tão dependente do Petróleo árabe, o que fez com que diminuíssem o consumo e investissem em suas próprias reservas.

A crise de 1973 trouxe drásticas consequências para a economia mundial, porém foi por meio dela que se despertou no mundo a dependência petrolífera que cercava grande parte do cenário econômico mundial. Com a consciência da dependência foi possível investir-se em novas tecnologias, além de transparecer a necessidade de investimento em novas fontes de energia. O Brasil, por exemplo, iniciou pesquisas em torno da diminuição da dependência internacional, por meio da extração do petróleo em águas profundas, a criação de usinas hidrelétricas e nucleares além do incentivo a pesquisas de combustíveis renováveis. Não obstante, a crise foi a grande responsável pela ascensão e enriquecimento de diversos países do Oriente Médio como Qatar, Arábia Saudita, Emirados Árabes e Líbias, onde importantíssimos atores no cenário petrolífero mundial.

Os países árabes, integrantes da OPEP, aproveitaram a guerra do Yom Kippur para compensar as perdas com a desvalorização do dólar, e usaram, pela primeira vez, o petróleo como arma e instrumento de pressão, suspendendo o fornecimento aos países que apoiavam Israel (BANDEIRA, 2006, p. 325).

A preocupação dos Estados Unidos acerca do Petróleo e o impacto negativo na economia mundial causado pela alta acelerada do barril só aumentava, principalmente em relação ao Irã, já que a realidade política do país era uma incógnita. O relacionamento entre os dois grandes produtores chamava a atenção: os investimentos ultrapassavam a marca de US\$ 682 milhões, os Estados Unidos se tornou o segundo maior fornecedor de importações não militares do Irã e, ainda de acordo com o Departamento de Comércio americano, o total de investimentos de companhias norte americanas na indústria petrolífera iraniana chegava a quase US\$ 500 milhões. Todavia, essa relação viria a esfriar com a Revolução Iraniana em 1979, culminando no segundo choque do Petróleo.

O governo iraniano controlado pelo Xá Reza Palev garantiam aos Estados Unidos fornecimento de Petróleo ordenado para o mercado e com os preços estabilizados, sendo um porto seguro de Petróleo para os Estados Unidos em meio à um Oriente Médio abalado. Com o desenrolar da Revolução Iraniana, que levou o xiita Aiatolá Khomeini ao poder, as compras de armamentos estadunidenses foram canceladas, dando início à desarticulação da estabilidade na relação existente. O

Aiatolá formou parceria política com os demais países muçumanos em busca de uma onda contrária ao Ocidente, causando instabilidade no mercado internacional com a alta vertiginosa dos preços do Petróleo forçando a Arábia Saudita e demais países produtores a aumentar suas produções à fim de suprir e reduzir o impacto causado pelo choque.

O terceiro choque do Petróleo, veio em 1991 com a Guerra do Golfo. O Kuwait havia sido invadido pelas forças armadas iraquianas sob as ordens de Saddam Hussein, com base em um conflito envolvendo fronteiras, dívida e petróleo. Com o fim da guerra Irã-Iraque, o Estado de Saddam Hussein se via em total colapso, tentando negociar com seus credores, dentre eles o Kuwait, o perdão de parte do débito mas, sem sucesso, iniciou ali uma tensão entre os dois países. Fora isso o território do Kuwait foi criado na única saída que o Iraque tinha para o mar, bloqueando assim quaisquer provisões no país. Na época, o Kuwait, juntamente com os Emirados Árabes estava produzindo acima do esperado, chamando a atenção de Saddam Hussein, que acusou o governo kuwaitiano de exceder as cotas de exportação previstas pela OPEP, e mais tarde, de fazer perfurações subterrâneas muito próximas a fronteira com o Iraque, em regiões sob disputa.

Com a crise interna se agravando, em agosto de 1990 Saddam Hussein tomou por impulso uma decisão que viria a gerar drásticas consequências para o Iraque: invadir e anexar o Kuwait, pois a única forma do país reconstruir sua infraestrutura era através da retomada das exportações de Petróleo – única riqueza do país - , resultando no que ficou mundialmente conhecido como Guerra do Golfo. Com a invasão iraquiana, os Estados Unidos - visando apoiar e proteger a Arábia Saudita, uma vez que o país se encontra na região do Golfo Pérsico, abundante em Petróleo, o que a torna geopoliticamente estratégica para os interesses estadunidenses – juntamente com a ONU se envolveram no conflito através de uma coalizão à fim de dar fim ao conflito, além impedir uma tomada iraquiana nos campos de Petróleo saudita. Para melhor entender a preocupação dos Estados Unidos com o Petróleo da região, destaca-se que, juntos, o Kuwait e o Iraque somavam 20% das reservas de Petróleo do mundo, dessa forma se Saddam Hussein obtivesse êxito na anexação do Kuwait, segundo os avaliadores do CSN, o Iraque teria condições de exercer uma poderosa influência sobre os preços e no abastecimento do Petróleo no Golfo Pérsico.

Com a região sob ataque, e uma possível invasão das forças iraquianas a Arábia Saudita, o mercado do Petróleo mundial se viu em um cenário caótico e de instabilidade. O exército iraquiano danificou cerca de 740 poços de Petróleo no Kuwait, levando o país a um prejuízo de U\$ 8,5 milhões com a queda de sua produção, além de demorar mais de dois anos para reestruturar sua indústria petrolífera. No mundo, a Guerra do Golfo elevou o preço dos barris, levando os países consumidores a reduzir o consumo de Petróleo; Os Estados Unidos, que durante uma parte da guerra teve seu fornecimento bloqueado, saiu vitorioso.

Em meados de 2008, estourou nos Estados Unidos a maior crise financeira da Bolsa de Valores desde a crise de 1929. No estado norte-americano tem-se uma tradição: as famílias recorrem à hipotecas de seus imóveis, buscando obter financiamentos para o pagamento das prestações para manter o padrão de consumo. Diante essa tradição, os bancos ofereciam os chamados “créditos subprime” que nada mais era do que uma “ajuda” às famílias com histórico negativo em operações de crédito. Contudo, muitos desses bancos negociaram esses papéis no mercado internacional a título de investimento rentável, quando na verdade não era. Por consequência, houve uma alta significativa dos imóveis nos Estados Unidos, todavia grande parte das pessoas que adquiriram esses imóveis não foi capaz de arcar com os juros, uma vez que eles não eram rentáveis, criando-se uma bolha habitacional.

Todavia, o ex-Prêmio Nobel de Economia Paul Krugman, defende a visão de que, na realidade, esses empréstimos subprime eram concedidos por agentes que repassavam esses empréstimos aos bancos que, por sua vez, os transformavam em CDOs (títulos garantidos por dívidas). (KRUGMAN, 2009).

Tratava-se, portanto, de um sistema pomposo, em que se verifica o recebimento de taxas de juros mais altas aos investidores – se em comparação com os bancos e os depósitos –, além de os emitentes pagam taxas de juros mais baixas que os inerentes aos empréstimos bancários. (RÊBELO, 2010, p. 71).

Juntamente a bolha imobiliária, especulações na Wall Street levaram a economia estadunidense a um colapso e, conseqüentemente, a economia mundial entrou em recessão como num efeito dominó, considerando-se os Estados Unidos como maior primeira economia do mundo hegemônica. Com a economia mundial em

crise, o preço do Petróleo aumentou 100% entre os primeiros meses de 2008, eclodindo o que muitos consideram como quarto choque do Petróleo.

2.6 A INFLUÊNCIA DAS NOVAS FONTES DE ENERGIA

Em termos globais, a indústria petrolífera é, atualmente, a maior em consequência de altos investimentos tecnológicos e de infraestrutura. Essa indústria é dominada pelos combustíveis fósseis, mais precisamente pelo petróleo, como já destacado anteriormente. De acordo com a IEA (Instituto de Economia Agrícola) que lançou um cenário de referência, no ano de 2004 o petróleo foi responsável por 35% de toda a energia consumida no mundo, acompanhado pelo carvão com 25%, gás natural (21%), biomassa (10%), energia nuclear (6%), hidroeletricidade (2%) e, por fim, 1% atribuído a outros renováveis. Ainda segundo a agência, estima-se que os combustíveis fósseis continuarão a ser responsáveis por cerca de 80% da energia consumida até 2030, ano em que presume-se um declínio considerável no consumo de petróleo causado pela ascensão de outras fontes de energia, como o carvão e o gás natural.

De acordo com Igor Fuser (2014), como qualquer recurso natural não renovável, o petróleo se esgotará um dia, caso seja extraído incessantemente. Dessa forma, novas fontes de energia renováveis começaram a tomar espaço no cenário energético internacional, sendo o Gás Natural Renovável a fonte de energia primária que mais cresce no mundo. Atualmente, sua participação na matriz energética mundial chega a 20,5%, tendo previsão de se chegar a 30% em 2020, sendo usado como substituto do carvão mineral e de derivados do Petróleo na geração de elétrica; substituto do óleo diesel e da gasolina no setor de transporte; e como matéria-prima não energética, substituindo o nafta no setor da petroquímica.

O GNV é a mistura de hidrocarbonetos leves, sendo sua produção conquistada em duas condições: ou em conjunto com o Petróleo – considerado gás associado – ou na perfuração de poços específicos, nesse caso gás não associado. Nas duas condições o componente principal é o metano, diferenciando-se em grau de teor. Por ser associado ao Petróleo, grande parte das jazidas de Gás Natural encontradas se deram pela exploração dessa fonte de energia. A grande vantagem do GNV em detrimento ao Petróleo é a facilidade de sua utilização direta, não havendo a necessidade de refino, além da possibilidade de consumo imediato,

dessa forma os consumidores não precisam congelar o capital a fim de estocar o produto, não gerando gasto e complicação com armazenamento. Não obstante, seu impacto ambiental é demasiadamente reduzido se comparado às demais fontes de energia renováveis. Todavia, essa fonte de energia apresenta desvantagens que ainda fazem do Petróleo, principal fonte de energia, isso porque, por se encontrar comprimido, o processo de extração é complexo e requer alta tecnologia para a perfuração de zonas profundas e seu transporte é feito por meio do gasoduto – devido a sua baixa densidade calórica -, meio extremamente caro, com grande economia de escala e baixa flexibilidade.

Os altos custos da infraestrutura necessária para o comércio do GNV são agravados considerando-se os riscos associados à extrema concentração das reservas desse combustível. Cerca de 67% dessas reservas estão concentradas entre Rússia (27,2%), Irã (15,3%), Catar (14,6%), Arábia Saudita (4,1%) e Emirados Árabes Unidos (3,5%), criando um mercado mais concentrado do que o do petróleo, porém extremamente sensível a riscos operacionais (acidentes ou desastres naturais) e geopolíticos (conflitos na região afetando diretamente o abastecimento a partir de cortes por parte dos países fornecedores).

Desde meados de 2006, as empresas estadunidenses iniciaram o investimento na técnica da fratura hídrica, mais conhecida como fracking⁴, a fim de extrair gás de xisto que, mais pra frente, viria a se tornar o grande triunfo norte americano para suprir a escassez e dependência do Petróleo, ainda mais se levado em consideração que o fato de ser o combustível fóssil que menos emite dióxido de carbono. Graças a extração do xisto betuminoso, que nos Estados Unidos já representa cerca 2,7 trilhões de metros cúbicos de reserva, o preço dos combustíveis no país norte-americano tem abaixado, já causando considerável impacto nos demais mercados econômicos. Isso porque, por exemplo, a alta produção de Petróleo de Xisto dos Estados Unidos, possivelmente fará com que o Brasil reduza em até 60% a exportação da Petrobrás, uma vez que essa nova realidade está se encaminhando para uma – possível – autossuficiência energética estadunidense. Vale ressaltar que o Brasil possui a segunda maior reserva de xisto betuminoso do planeta, sendo que a Petrobras é detentora de uma patente para sua

⁴ Injeção de toneladas de água, sob alta pressão, misturada com areia e produtos químicos, quebrando a rocha e liberando o gás aprisionado.

transformação em petróleo. Contudo, seus riscos ambientais ainda são desconhecidos, sendo sua extração proibida na França, Irlanda e Bulgária.

De maneira geral, as novas opções energéticas partem de níveis relativamente pequenos de produção e enfrentam importantes desafios para adquirirem maior escala. Com maior ou menor intensidade, todas enfrentam gargalos técnicos, de logística ou de estrutura do mercado para atingirem seu potencial: novas linhas de transmissão inteligentes, melhores opções de armazenamento de eletricidade, padronização internacional do etanol, produção de mais veículos habilitados a utilizarem quantidades crescentes de biocombustível. (PIMENTEL, 2011, p. 97).

Nota-se que o Petróleo tem, gradualmente, exercido um papel menos hegemônico na realidade energética mundial com o investimento em novas fontes de energia renováveis, todavia ainda é possível afirmar que sua influência como ator internacional será extremamente relevante por várias décadas, isso porque o mundo, no geral, ainda depende dele para o básico de consumo energético.

3 O DEBATE TEÓRICO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL

O termo Segurança Internacional surgiu no contexto pós Segunda Guerra Mundial, como forma de proteger o Estado contra ameaças tanto internas quanto externas, ou seja, segurança era sinônimo de paz e, segundo Wolfers em 1952, Segurança tornou-se palavra de ordem.

3.1 PANORAMA

A questão de Segurança Internacional só se intensificou e tomou espaço prioritário na agenda internacional com a Guerra Fria. Nessa época, Segurança limitava-se exclusivamente a questões político-militares. A principal adversidade girava em torno de armas nucleares e da ameaça militar e ideológica que a União Soviética representava para o Ocidente. Nesse cenário, a segurança estava atrelada a dois conceitos que geravam o sistema internacional: superpotência e bipolaridade. Ainda que em 1950, com a ruptura de Mao com Moscou, a China tenha levado ameaça a essa ordem bipolar – já que muitos a consideravam um terceiro poder, ainda mais na Ásia – o quadro bipolar manteve-se intacto por várias décadas na Guerra Fria, pois nenhum outro país era apto a enfrentar a bipolaridade, ou seja, se tratando de corrida armamentista, alianças políticas-militares, controle de armamentos e dissuasão, a conjectura da Guerra Fria era a bipolaridade (Buzan, 1987). Parte disso deu-se pelo apoio da Europa Ocidental e do Japão ao domínio e liderança militar estadunidense. Outro fator relevante era o papel dominante exercido pelos Estados Unidos na Organização do Tratado de Atlântico Norte (OTAN)⁵.

A estratégia da Bipolaridade muito se assemelha a Teoria dos Jogos, mais especificamente ao problema do “Dilema do Prisioneiro”. Nele, dois jogadores (no caso Estados Unidos e União Soviética) se mantêm num jogo de confiança e traição, onde um precisa do outro para se manter em jogo, mas ao mesmo tempo por serem inimigos em determinada situação será preciso trair para vencer. Então, em algum momento um dos jogadores, receando que o outro o traia, irá atacar como defesa, e

⁵ Aliança político-militar criada no dia 4 de abril de 1949, durante a Guerra Fria, com países ocidentais e capitalistas, liderados pelos Estados Unidos, com o objetivo de conter o avanço do bloco socialista no continente europeu.

assim se enquadra o jogo político da bipolaridade. Uma potência precisa da outra para se manterem como únicas superpotências (confiança), mas, sendo elas dois polos de poder, os interesses nacionais falam mais alto do que a lealdade (traição), sendo a cooperação o ponto de equilíbrio.

Todavia, com a redução da tensão entre as duas superpotências e com os vários programas de desarmamento ocorridos a partir de 1950, na década de 1970, o conceito de Segurança Internacional se viu muito mais abrangente do que o enfoque político-militar, uma vez que os Estados começaram a se preocupar com novos tipos de ameaça que foram surgindo no cenário internacional pós Guerra Fria.

A segurança ambiental e econômica tornou-se pauta da agenda internacional durante os últimos anos de Guerra Fria, ao notar-se que as consequências do conflito estavam indo bem além de questões militares; a economia dos países envolvidos, ainda que a dos Estados Unidos não tenha desmoronado, fora atingida diretamente e os estragos ambientais causados pela guerra se tornaram preocupantes. Com o conceito de segurança não mais atrelado unicamente a ameaças militares, novas vertentes foram surgindo durante os anos seguintes e a segurança social, humana, alimentar - dentre outras - já era uma realidade enfrentada e pautada pelos Estados.

Na década de 1980, a Comissão Independente de Desarmamento e Questões de Segurança, presidida por Olaf Palme cunhou um novo conceito de segurança: a Segurança Comum, que segundo Porter e Brown, baseava-se em:

As principais ameaças à segurança internacional não vinham de Estados individuais, mas de problemas globais compartilhados por toda a comunidade internacional: guerra nuclear, o pesador fardo econômico do militarismo e da guerra, disparidades nos padrões de vida dentro e entre as nações, além da degradação ambiental global. (BROWN; PORTER, 1991, p. 109)

Para a Comissão Palme, os Estados eram considerados a chave para um mundo mais pacífico, pois ela estava diretamente relacionada, ainda, ao confronto bipolar, onde a soberania dos Estados os protegia da intervenção política, econômica, religiosa e ideológica por parte dos demais Estados. Todavia, com as guerras e operações humanitárias nos anos 1990 – tomando Kosovo⁶ como exemplo

⁶ Conflito entre forças de segurança sérvias e Iugoslávia e o Exército de Libertação do Kosovo (ELK), uma guerrilha formada por integrantes de origem étnica albanesa que lutava pela independência da

– trouxe uma onda de insegurança por parte das populações ameaçadas, abrindo espaço na agenda internacional para a questão da necessidade de interferência em assuntos domésticos colocando a soberania dos Estados em debate.

Durante os próximos anos novas vertentes da Segurança Internacional foram surgindo conforme desafios eram introduzidos à ordem mundial, fazendo com que o conceito de debate de segurança fosse se tornando cada vez mais essencial nas discussões domésticas e de cooperação internacional. Contudo, seu contexto e concepção só vieram a sofrer drástica transformação - e importância - em 2001, com o que se consolidou como um marco na história da Segurança Internacional, o 11 de setembro, criando uma das mais problemáticas vertentes da segurança: o terrorismo.

Anteriormente ao atentado, o perigo potencial de armas de destruição em massa era somente colocado nas mãos de agentes estatais, ou seja, as ameaças de guerras só eram oferecidas de um Estado para o outro; na época não falava em atores não estatais como agentes de guerra – ainda que a Al Qaeda tenha sido rastreada em 1979, quando a União Soviética invadiu o Afeganistão -. Dessa forma, a grande questão em volta desse evento, foi à transformação dos agentes de guerra dentro da Segurança Internacional, reestruturando o cenário mundial e retomando o debate de segurança como pauta prioritária na agenda dos Estados (principalmente dos Estados Unidos). Ainda que o conceito propriamente dito de terrorismo tenha se estabelecido após o 11 de setembro, as preocupações com ataques terroristas já era uma realidade, porém, era tratada de forma periférica dentro do campo de segurança (BUZAN; HANSEN 2012).

Contextualizando o ataque, os Estados Unidos em seu papel de potência hegemônica ocidental após superar as consequências da Guerra Fria, havia alcançado o mais alto degrau de poderio econômico e político, considerando-se o boom econômico ao longo dos 10 anos anteriores. Michael Hardt e Antonio Negri descreveram no final de 2001, que os EUA eram os grandes responsáveis por ditar a ordem mundial, bem como o processo de globalização, criando uma nova noção de Império, onde o “imperador” não tem limites para exercer seu poder, não havendo barreiras territoriais entre ele e o mundo civilizado.

província de Kosovo. Mais tarde, a OTAN atacou a Iugoslávia, resultando em novo conflito entre guerrilhas albanesas e as forças sérvias, tendo como fim uma intervenção da ONU na região.

Do outro lado da história, a Al-Qaeda teve sua origem na Maktab al-Khadamat (MAK) - organização formada por Mujahidin⁷, que guerrilhavam para instaurar um estado islâmico no Afeganistão, durante a Guerra Soviética – que fora inicialmente financiada pela CIA, com o objetivo de apoiar a guerra contra os soviéticos, tendo como um de seus fundadores Osama Bin Laden, que ficaria conhecido como o maior terrorista do mundo. Em seu princípio a MAK buscava arrecadar fundos de fontes provenientes de todo o Oriente Médio para treinar e transportar os combatentes, vindo de todas as partes do mundo, para o Afeganistão. Grande parte de seus fundos vieram de milionários islâmicos, entretanto, os governos da Arábia Saudita e do Paquistão custearam uma parcela das doações, e cuidadosamente, pelos Estados Unidos por meio de seu apoio ao serviço de inteligência paquistanês. Em 1988, Osama Bin Laden, ambicionando maior poder, criou a Al-Qaeda.

A tensão entre a Al-Qaeda e os Estados Unidos começou ainda na Guerra do Golfo. Com a retirada da força soviética do Afeganistão, Osama Bin Laden retornou para a Arábia Saudita da onde continuou a coordenar a organização. A invasão no Kuwait em 1990 pelos iraquianos colocou em perigo o comando da Casa de Saud⁸ pelos sauditas, uma vez que se criou a possibilidade de expansionismo iraquiano dentro da região, chamando a atenção de Bin Laden para necessidade de conter o avanço dessas tropas. Levando em consideração o ponto de vista estratégico em que a Arábia Saudita era a única ponte terrestre para as forças internacionais de intervenção expulsarem os iraquianos do Kuwait, Bin Laden ofereceu o serviço de seus mujahidin para proteger o território saudita, todavia o Rei Fahd recusou a oferta optando por direcionar os Estados Unidos e suas tropas aliadas o controle da operação de proteção territorial. Bin Laden, por sua vez, considerou a atitude do rei saudita uma afronta ao seu solo sagrado, pois acreditava que a presença de estrangeiros na “terra das duas mesquitas” (Medina e Meca) o desonraria.

Com a crescente influência estadunidense no Oriente Médio, em 1998 após ter voltado para o Afeganistão, Bin Laden fundamentou uma fatwa⁹ com os dizeres: “matar americanos e seus aliados, civis e militares é um dever individual de todo

⁷ Plural da palavra árabe ‘mujahid’, que significa “combatente”.

⁸ Casa Real do poder na Arábia Saudita.

⁹ Posicionamento do Islã emitido por um especialista em lei religiosa. Em sua maioria, é emitida a pedido de autoridades jurídicas pra esclarecer qualquer assunto onde a jurisprudência islâmica não tenha ficado clara.

mulçumano capaz de fazê-lo”. Mais tarde, no mesmo ano, deu-se o primeiro ataque consideravelmente grandioso proferido pela Al-Qaeda, sendo um bombardeio à Embaixada dos Estados Unidos na África do Leste.

Em 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos sofreram uma série de ataques terroristas aos seus principais símbolos econômicos e político-militares, vitimizando ao todo quase 3 mil pessoas – dentre elas civis, bombeiros, policiais e sequestradores – causando um dano irreparável e instaurando uma nova vertente dentro da segurança internacional. Com a recusa do grupo islâmico radical, Talibã, que controlava o Afeganistão, em entregar Osama Bin Laden e destruir a base da Al-Qaeda, em outubro de 2001 os Estados Unidos começou sua guerra contra o terror, atacando o Afeganistão, justificando a defesa da paz e da sua segurança interna. A resposta estadunidense aos ataques conduziu particularidades ideológicas de defesa interna e externa, deixando claro que as mudanças impostas por eles se deram no âmbito econômico e político, reformulando as prioridades do governo americano e trazendo a segurança e o terrorismo como pauta principal nas relações bilaterais e multilaterais com os demais atores do sistema internacional.

Uma vez que os ataques tiveram impacto em diversos setores importante, tais como aéreo, transporte, seguro, financeiro e turismo, a economia americana se viu em um cenário de instabilidade e incertezas. Todavia, seus efeitos foram sentidos em menor intensidade no restante do mundo, tendo maior repercussão nas indústrias e serviços relacionados ao capitalismo financeiro nova-iorquino. No âmbito da segurança, a defesa interna e o forte controle nas fronteiras e a aeroportos assumiu um papel relevante na condução da agenda americana e, por conseguinte, na da cooperação internacional; internamente, se criou o Homeland Defense (defesa civil), órgão militar voltado para o próprio território americano; externamente, houve pressão dos Estados Unidos para cooperação de todos os países envolvidos, de certa forma, na luta contra o terrorismo, a partir da entrega das bases de dados de seus sistemas policiais. O principal setor afetado foi o da política externa, que voltou a ser prioridade na agenda estadunidense, ficando claro a partir do momento em que o então presidente, George W. Bush travar uma batalha “do bem contra o mal” elegendo um “Eixo do Mal” (Coreia do Norte, Iraque e Irã), conforme em seu Discurso do Estado em 2002:

O nosso objetivo é prevenir os regimes que apoiam o terror de ameaçarem a América ou os nossos amigos e aliados com armas e destruição massiva. Alguns destes regimes têm estado bastante quietos desde o 11 de Setembro. Mas sabemos a sua verdadeira natureza. A Coreia de Norte é um regime armado com mísseis e armas de destruição massiva, enquanto esfomeia os seus cidadãos.

O Irã persegue agressivamente estes armados e exporta terror, enquanto uns poucos não eleitos reprimem a vontade dos iranianos pela liberdade.

O Iraque continua a mostrar a sua hostilidade por toda a América e a apoiar o terror. O regime iraquiano planejou fabricar Anthrax, gás de nervos e bombas nucleares para matar milhares dos seus próprios cidadãos - deixando os corpos de mães amontados por cima dos seus filhos mortos. Este é um regime que acordou na existência de inspetores internacionais - e depois deportou-os. Este é um regime que tem algo a esconder do mundo civilizado.

Estados como estes, e os seus aliados terroristas, constituem um eixo do mal, armados para ameaçarem a paz no mundo. Por procurarem armas de destruição massiva, estes regimes são um perigo grave e crescente. Eles podem dar estas armas a terroristas, dando-lhes os meios para combinarem os seus planos. Eles podem atacar os nossos aliados ou tentar chantagear os Estados Unidos. Em qualquer um destes casos, o preço da indiferença seria catastrófico. (BUSH, 2002, SN.)

O relacionamento dos EUA com os órgãos multilaterais se torna conflituoso, uma vez que os interesses nacionais americanos, já antes colocados acima dos interesses comuns das instituições, naquele contexto eram ainda mais preeminentes, e segundo Barbosa:

As ações americanas no campo político, militar, econômico e diplomático, que se seguiram aos ataques, refletem essa ambivalência, deixando transparecer uma tendência crescentemente unilateral temperada pela busca de entendimentos e alianças pontuais ("à la carte") com a comunidade internacional em fóruns específicos, como as Nações Unidas e a OTAN. (BARBOSA, 2002, p. 78-79)

Por fim, conclui-se que a agenda terrorista transformou o jogo de coalizões, trazendo novos jogadores para o quadro estratégico dos EUA, porém sem ter mudado a estrutura das relações internacionais ao redor do mundo. A "Pax Americana"¹⁰ continuava assegurada.

¹⁰ Termo latino referindo-se a hegemonia norte-americana no mundo.

3.2 ESCOLA DE COPENHAGUE

A política de Ronald Reagan, conduzida entre 1981 e 1989, no cenário pós-détente¹¹, originou uma onda de desconfiança em relação à cooperação dos Estados Unidos em garantir a segurança na Europa, considerando que o projeto do governo norte americano intitulado de Guerra nas Estrelas¹² deixaria os países europeus vulneráveis a possíveis ataques do governo russo. Preocupada com sua segurança, a Europa começava a perceber a necessidade de uma política de segurança legitimamente europeia. (TANNO, 2003).

Em 1985 é fundado Centre for Peace and Conflict Research, atualmente Conflict e Research Institute (COPRI), ficando mais tarde conhecido como a Escola de Copenhague, coordenada por Ole Waever¹³ e, mais tardiamente, por Barry Buzan¹⁴. O principal objetivo da Escola era desenvolver uma análise abrangente da segurança internacional, ampliando seus conceitos e discussões para além dos aspectos militares, introduzindo a abordagem econômica, política, social e ambiental para o debate da segurança internacional, contudo o Estado ainda deveria ser ator principal, ou seja, defendendo a teoria realista de Buzan, a Escola adotava uma abordagem estadocêntrica, se posicionando contra outros teóricos críticos que defendiam a segurança individual em detrimento da estatal. Contudo, com a realidade de guerras étnicas no Leste Europeu, mais tarde, esse conceito perderia a relevância, uma vez que, para ele, não era necessário se analisar as seguranças de outras entidades que não o Estado, fazendo com que a Escola passasse por mudanças nos seus ensinamentos ao adotarem a segurança “societal”.

Segundo Huysmans (1998), os principais fundamentos adotados pela Escola para ampliar a agenda de estudos de segurança internacional dentro das Relações Internacionais eram: o interesse, de natureza empírica, em relação à tendência verificada nas agendas de segurança da Europa de considerar as questões não

¹¹ Período de relaxamento da tensão entre Estados Unidos e União Soviética, a partir de 1960, quando os dois países reestabeleceram relações diplomáticas.

¹² Programa militar lançado pelo ex-presidente norte-americano Ronald Reagan, em 1983, que planejava a criação de um sistema de satélites, formatados com canhões a laser para destruir mísseis lançados contra os EUA. Entretanto, o projeto não saiu do papel.

¹³ Professor de Relações Internacionais no Departamento de Ciências Políticas na Universidade de Copenhague.

¹⁴ Professor Emérito de Relações Internacionais na Escola de Economia de Londres e Professor honorário na Universidade de Copenhague.

militares como questões de segurança; e o interesse acadêmico de formular uma contribuição original para dos debates teóricos realizados na área de segurança internacional.

As contribuições mais notáveis da Escola de Copenhague foram os conceitos de securitização e segurança social (Buzan e Hansen, 2012). A definição do termo segurança social foi criado por Waever em 1993, em reflexo a onda de conflitos nacionais na União Soviética, Iugoslávia e na Transilvânia. Já nessa época, a Imigração começara a ser considerada como ameaça à identidade nacional da União Europeia, isso porque a crescente integração na Europa Ocidental colocava em perigo a autonomia tanto eleitoral, quanto cultural dos países, uma vez que sua soberania política era ameaçada. A base da segurança social era a sociedade, dessa forma, em pouco tempo, o Estado e a sociedade começaram a entrar em conflito de opiniões, dando início a muitos casos de ameaça de Estados a minorias nacionais – o que ocorre ainda nos dias atuais – criando-se o conceito de segurança de identidade.

A Escola de Copenhague se constituía claramente em uma posição intermediária entre o estadocentrismo tradicional, de um lado, e as reivindicações em favor da “segurança individual” ou “global” dos igualmente tradicionais Estudos Críticos de Segurança e Pesquisa da Paz, de outro. (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 322).

A securitização proposta pela Escola defende a tese de que as ameaças à segurança são socialmente formadas. Ou seja, a securitização é desempenhada por um agente securitizador – líderes políticos, burocratas, governos, lobistas e grupos de pressão -, estabelece socialmente a existência de uma ameaça à sobrevivência de uma unidade. (BUZAN, 1998). Para isso, cada área da segurança (política, econômica, societal, militar e ambiental) precisa de uma análise individual própria com base nos atores, nos códigos, nos discursos, nas regras e principalmente, nos objetos específicos de referência que não diz somente respeito ao Estado, sendo esses objetos o que tem sua segurança ameaçada.

A contribuição da Escola de Copenhague, tanto para o debate das Relações Internacionais quanto para o campo da segurança, ampliou os horizontes dos Estados para o que é a segurança e as diversas vertentes a ela relacionadas. Principalmente na Europa, onde a Escola era mais debatida em comparação aos Estados Unidos, os novos conceitos de segurança apresentados pelos autores,

possibilitaram uma análise crítica de swot, a partir do momento em que segurança não só respondia por questões militares e políticas, tornando se mais claro identificar as ameaças reais internas e externas e, conseqüentemente, adotar políticas combatentes.

3.3 OS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA SEGUNDO BUZAN E WAEVER

Os complexos regionais de segurança são uma teoria desenvolvida pela Escola de Copenhague, mais precisamente, por Barry Buzan e Ole Weaver, tendo como objetivo principal analisar a segurança internacional com base em um enfoque regionalista. Essa teoria defende que os problemas de segurança estão mais essencialmente associados à sua região do que à superpotência distante, mas não deixando de sofrer interferência do sistema internacional, o que, segundo apresentado por Cepik em 2005, pode ser entendido como uma aproximação superficial entre o construtivismo e o realismo ofensivo dentro das teorias de Relações Internacionais.

A teoria dos CRS faz a conexão entre o Estado e o sistema internacional, até que ponto um influencia o outro. O conceito do complexo regional de segurança é definido por seus criadores como "um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados uns dos outros" (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 44) podendo ainda ser divididos entre sub complexos regionais de segurança.

É preciso analisar quatro aspectos: plano doméstico, relação Estado-Estado, entre regiões e influência das potências externas. Os teóricos defendem que os CRS são estabelecidos em um sistema anárquico, ou seja, onde há ausência de um poder central e, ainda que os Estados sejam os principais atores das Relações Internacionais, outros agentes também são influentes na condução do sistema internacional. Todavia, o ponto crucial dos CRS, que também é defendido pelo realismo ofensivo, é a análise não somente do sistema global, mas do sistema regional, possibilitando a compreensão de como as polaridades regionais tem papel influente no desempenho das unidades. (FUCCILLE; REZENDE, 2013).

Buzan e Waever (2003) dividem os CRS em dois tipos: centrado e padrão. No primeiro existem 3 possibilidades: (1) unipolar, onde o polo é uma grande potência; (2) unipolar, mas sendo o polo uma superpotência e (3) centrados, porém coordenados por instituições e não por um poder regional. Já no segundo, não há potência global, no caso o poder é atrelado à polaridade regional.

Dentro da América do Sul, o CRS é considerado padrão por Buzan e Weaver (2003) apresentando dois sub complexos significativos: o Cone-sul e o Norte-andino. Essa região, que na época após Guerra Fria tendia a se afastar do controle políticos dos militares e dos movimentos radicalistas, foi ganhando estabilidade conforme os processos de integração regional foram tomando forças, destacando a segurança cooperativa como fortaleza da região e agentes externos como ameaça. Dessa forma, os autores destacam dois pontos fundamentais para a compreensão do CRS regional: o desdobramento do Mercosul e o combate às drogas na Colômbia – considerado uma ameaça interna.

A relação dos Estados Unidos com a região, é caracterizada como adjacente, pois, ainda que a região se veja sob a presença e influência estadunidense, ela não é o foco da política externa da superpotência, além dos países sul-americanos adotarem uma política de distanciamento dos EUA, priorizando suas relações no sub regionalismo, principalmente na união do Brasil com a Argentina, que deram ao Mercosul um caráter securitizador. Buzan e Waever (2003) avaliam que o afastamento dos Estados Unidos serviu como pretexto para a cooperação dos países sul-americanos.

O argumento apresentado para justificar a estabilidade da América do Sul, se comparado a demais regiões, é a presença hegemônica do Brasil, que "[...] tornou-se essencialmente uma potência *status quo*, preferindo uma 'via diplomática' e com um interesse fortemente vestido da estabilidade regional." (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 314).

No sub complexo Norte-andino, a luta contra às drogas na Colômbia (crise colombiana) tinha um caráter militarista, levando incertezas e preocupações para região. Além disso, a oscilação do governo Chávez que ora apoiava o conflito na Colômbia, e ora apoiava a entrada da Venezuela ao Mercosul, era mais uma causa provável de instabilidade. (BUZAN; WAEVER, 2003).

Diferentemente da América do Sul, que apresenta um cenário mais estável, o subcomplexo Norte-andino apresenta caráter conflituoso devido à conflitos estatais,

instabilidade democrática, conflitos fronteiriços e, não obstante, a forte influência dos Estados Unidos na região.

Por fim, os autores constataam que o CRS da América do Sul balanceia positivamente os quatro níveis dos complexos regionais de segurança, contudo pela região não ser fortemente polarizada, sua dinâmica regional nunca foi capaz de delinear os desenvolvimentos internos de segurança entre os países sul-americanos.

Em questão de complexos regionais de segurança, um dos principais temas debatidos pela Escola de Copenhague é a questão da Imigração na Europa. O grande problema acerca da imigração são as potenciais consequências do número elevado de imigrantes na segurança societal dos países que estão recebendo tais pessoas, uma vez que o processo de migração desafia a habilidade desses países de controlar suas fronteiras, não somente na Europa como também na fronteira México – Estados Unidos. O direito de determinar quem pode adentrar um território para residir, para trabalhar e de decidir o futuro da população e da cultura está sendo profundamente afetado pela migração internacional. (HEISLER; HENRY, 1993, p.149).

3.4 O QUE É SEGURANÇA ENERGÉTICA?

Se formos analisar o desenvolvimento das sociedades, ele estará diretamente ligado ao consumo de energia. Isso porque a energia é a base para outras necessidades humanas, como o transporte, aquecimento de moradias e irrigação agrícola. (FUSER, 2014)

De acordo com Barré (2007), os países com os maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) também são os que possuem maior consumo de energia.

Ainda segundo Fuser (2014), a interferência da energia vai muito das necessidades humanas, ela também se apresenta diretamente ligada no setor econômico em virtude do forte impacto das exportações e importações de recursos energéticos sobre a receita fiscal e a balança comercial, tanto quanto sobre os investimentos e gasto do Estado.

O real perigo, apontado por analistas, é uma vez que os Estados se empenham cada vez mais em conceder subsídios para impulsionar o desenvolvimento, a longo prazo a sustentabilidade ambiental tende a ser substituída por competitividade econômica. (FUSER, 2014)

O conceito de segurança energética surgiu com o Choque do Petróleo, em 1973, a partir do momento em que o embargo petrolífero imposto pelos países árabes da OPEP acarretou em uma alta de 800% nos preços. Foi nesse momento que se percebeu, com clareza, a dependência das grandes potências econômicas do Norte global – em especial, os EUA – em relação aos países exportadores de hidrocarbonetos, em sua maioria localizados no Sul.

Os conflitos energéticos Norte-Sul são impulsionados por duas realidades: a) concentração geográfica dos recursos geográficos exportáveis do Oriente Médio, América Latina e antiga União Soviética; b) esgotamento acelerado das reservas dos EUA. Desse modo, a segurança energética passou a ocupar espaço vital na agenda dos países mais ricos, que consideram o acesso a recursos energéticos a preços rentáveis uma prioridade estratégica. O termo foi securitizado quando os EUA passaram a incluir a garantia de acesso às fontes mundiais de petróleo como interesse vital e, conseqüentemente, justificando-se o uso da força militar para garanti-lo. (FUSER, 2014)

O melhor exemplo de como os recursos energéticos se tornaram questão de segurança internacional é a Europa. A concentração das reservas de hidrocarbonetos em regiões limitadas, as ameaças de terrorismo na região (criando o perigo de haver interrupções no fornecimento), as diversas tensões internacionais, o monopólio da indústria petrolífera dentro dos países e o alto custo de desenvolvimento de fontes alternativas de energia contribuem para vulnerabilidade da Europa no consumo de recursos energéticos para seu próprio desenvolvimento econômico. (UNECE¹⁵, 2007)

O debate sobre a segurança energética vem se acentuando nos últimos anos em função do crescimento da demanda mundial pela importação de petróleo e gás natural nos países desenvolvidos e, principalmente, nos países em desenvolvimento, elevando os preços do petróleo a nível considerável. (GARCIA, 2010)

¹⁵ The United Nations Economic Commission for Europe.

4 ASPECTOS ESTRATÉGICOS DAS DISPUTAS DE PETRÓLEO E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Nesse capítulo ficará clara a influência no petróleo no cenário internacional por meio da análise das disputas por recursos energéticos.

4.1 A ATUAL CRISE ENERGÉTICA PETROLÍFERA E O ENVOLVIMENTO DAS ZONAS PETROLÍFERAS NA LÓGICA DAS GUERRAS POR RECURSOS

No mercado internacional, o barril de petróleo acrescenta uma perda de 60% desde junho de 2014, quando era negociado a US\$ 115, chegando a ser negociado abaixo de US\$ 50 no início de 2015, alcançando um dos valores mais baixos em seis anos. Essa tem sido a pior queda desde a crise financeira de 2008, quando os preços do petróleo caíram pela metade.

Uma das razões desse cenário preocupante é o acelerado aumento de produção, especialmente nas áreas de xisto dos Estados Unidos e Canadá, interligado com a queda da demanda na Ásia e na Europa. O estouro da produção de Xisto nos Estados Unidos nos últimos anos – cerca de 9 bilhões de barris por dia – colocou o poder saudita em perigo, causando instabilidade no mercado internacional. Em novembro de 2014, a crise se encaminhou para um aumento relevante com a recusa dos países da OPEP em reduzir o teto de produção e o excesso de oferta.

Os países dependentes economicamente da exportação de commodity, em especial a Rússia, Irã e Venezuela, são diretamente afetados com a baixa no preço do petróleo. Os efeitos na Rússia são preocupantes: o país obtém cerca de metade de suas receitas públicas por meio do petróleo, sendo assim com a desvalorização de 41% em 2014, a moeda russa disparou em queda, se relacionada ao dólar, também por consequência das sanções internacionais impostas ao Estado, contudo as sanções internacionais não tem somente afetado a Rússia.

O Irã – quarto país em reservas de petróleo - que sofre diversas sanções por conta de seu programa nuclear tem sua capacidade de exploração limitada, afetando diretamente a economia iraniana. Já a Venezuela, com aproximadamente

90% das suas exportações provenientes do petróleo, sofreu um dos maiores impactos oriundos da crise: o país teve sua classificação de risco rebaixada para categoria de risco de calote pelas agências Fitch e Moody's, já que o impacto causado pela queda do preço do petróleo afetou diretamente a balança de pagamento e as reservas de divisas do país.

Outro fator causador da crise energética mundial é a escassez progressiva de recursos não renováveis e poluentes – padrão energético utilizado pelos países industrializados, além da pressão que vem aumentando ao longo dos anos para a diminuição das emissões tóxicas na atmosfera.

A atual infraestrutura energética mundial não está preparada para lidar com o déficit de petróleo. As fontes de petróleo consideradas não convencionais apresentam pontos negativos relevantes na questão de custo e capacidade de produção, e na questão ambiental. Dessa forma, estima-se que somente o gás natural pudesse servir como substituto no setor de transporte, contudo seu ciclo de vida inviabiliza sua capacidade produtiva, fazendo desse combustível fóssil apenas um combustível ponte até que se encontre uma solução sustentável. (PIMENTEL, 2011)

É essencial entender o papel e influência das reservas de petróleo do Oriente Médio nesse contexto. Considerando que essa região é estabelecida como zona de conflito, isso se torna uma ameaça ao abastecimento mundial de energia.

Contextualizando a crise para a realidade brasileira, a queda do preço do petróleo no mercado internacional diminuiu o lucro dos projetos de exploração do pré-sal, uma vez que a produção já não podia mais ser considerada rentável. Além disso, há outra questão preocupante: a má distribuição nas matrizes energéticas, a falta de investimentos em geração e distribuição de energia e a falta de planejamento no setor coloca em risco a produção de energia nacional.

A crise energética brasileira se tornou incontestável com a crise hídrica de 2001, quando o baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, juntamente com a falta de chuvas resultou em falta de energia, isso porque 90% da demanda nacional de energia eram geradas pelas hidroelétricas. Parte da falta de energia se deu porque o Brasil não tinha plano estratégico alternativo que fosse capaz de distribuir energia em situações como essas, agravando o problema já que o crescimento da demanda era cada vez maior.

Desde então, o Brasil investiu em usinas termoelétricas movidas a carvão, gás e óleo, mas produção ainda não é suficiente para suprir a necessidade demandada e o alto custo de importação de matéria-prima para gerar energia dificulta a eficácia desse sistema. Outro fator importante da crise energética é a má distribuição, já que a estrutura responsável por transportar a energia de um ponto ao outro é muito antiga.

Paralelo à isso, a maior petroleira da América Latina (e maior empresa brasileira), a Petrobrás, perdeu cerca 40% do seu valor no mercado em decorrência da queda no cotação do petróleo bruto. Não obstante, demais petroleiras estatais estão sentindo o impacto diretamente, colocando em perigo a economia de seus países, considerando que muitas delas exercem papel fundamental na economia local.

O continente americano é um dos mais impactados pela crise energética, isso porque a revolução do gás de xisto nos Estados Unidos permitiu que o Estado se tornasse o maior produtor mundial de hidrocarbonetos, chegando cada vez mais perto de alcançar a independência energética, causando instabilidade na região por meio de cortes de funcionários e salário a fim de reduzir as perdas.

Acompanhando a derradeira da Petrobrás, demais companhias na América Latina perderam seu valor de mercado significativamente. A Ecopetrol, estatal colombiana, anunciou queda de 25% em seu orçamento para investimentos no setor; a Pemex, mexicana, passou, no começo do ano, por uma reforma energética articulada pelo Governo, além de ter sofrido redução de 15% no orçamento. Argentina, Peru, Equador e Bolívia também foram afetadas, mas em níveis diferentes.

O norte americano Klare (2001), autor do livro *Resource Wars*, formulou a teoria de que a guerra entre potências econômicas e militares era causada pela disputa de recursos energéticos. “As guerras por recursos se tornarão, nos anos vindouros, o traço mais marcante do ambiente de segurança global”, (KLARE, 2011, p.15). Essa afirmação diz respeito, na visão de Klare (2011) numa força universal, onde a demanda de recursos energético, impulsionada pelo desenvolvimento econômico e pelo crescimento populacional, se torna maior do que a capacidade da natureza em fornecer matéria-prima.

Na sua teoria, Klare disserta que o conflito e competição relacionada ao acesso às principais fontes de matéria-prima valiosa e essencial, tais como ouro,

água, pedras preciosas, minerais e combustíveis fósseis, faz parte da História há muito tempo (2000). Exemplo disso são as conquistas de territórios na África, América e Ásia a partir do século XV, que foram motivadas pela busca de recursos preciosos.

O papel fundamental desempenhado pelas matérias-primas, mais especificamente o Petróleo, na economia e no setor militar, as tornam de vital interesse para alguns Estados, principalmente pelas grandes potências. Sendo assim, uma possível ruptura no abastecimento é considerado por esses Estados como uma ameaça a segurança nacional, tanto por isso ao longo dos anos vivenciamos diversos conflitos causados pela disputa de matérias-primas.

4.2 A GEOPOLÍTICA POR DISPUTAS DO PETRÓLEO: EUA E ORIENTE MÉDIO

A II Guerra Mundial evidenciou, claramente, para os técnicos americanos em política a importância do petróleo para o novo sistema internacional. Os choques de 1973 e 1979, a Revolução Iraniana, as diversas guerras árabe-israelenses, o conflito Irã-Iraque, a invasão iraquiana no Kuwait e, mais atualmente, a invasão norte americana no Iraque, deixam claro as disputas estratégicas de petróleo nas principais regiões produtoras, nas reservas mundiais e nas rotas de distribuição.

Sendo o petróleo um dos fatores mais relevantes economicamente para o capitalismo, além de ser a mais líquida das mercadorias e a commodities mais distribuída, ele é considerado pelos Estados Unidos um de seus principais elementos de segurança nacional.

Dessa forma, a entrada dos Estados Unidos no Golfo Pérsico se motivou, primeiramente, pelo interesse das empresas americanas em controlar parte das maiores reservas de petróleo do mundo, bem como o interesse mútuo dos EUA e dos países locais em diminuir a influência da Inglaterra sobre a região. Reconhecendo o imenso valor estratégico das reservas sauditas, o então presidente Franklin Roosevelt selou, em 1945, uma aliança com o rei Ibn Saud, da Arábia Saudita, que garantiu às grandes companhias americanas (Esso, Mobil, Texaco e Chevron) exclusividade das concessões sauditas.

A entrada dos EUA no Irã se deu no momento de transição política que assentiu o Oriente Médio a partir da II Guerra Mundial. Primordialmente, o Irã se

proveu em meio a fronteira de zonas de influência dos impérios inglês e russo. Os primeiros campos de petróleo iranianos foram produzidos pela empresa estatal inglesa, BP. Em 1946, por pressão dos americanos e dos ingleses, as tropas soviéticas se retiraram do norte país, principal zona de produção de petróleo. Nessa época, o Irã, sozinho, era responsável por 40% da produção total do Oriente Médio.

Com o processo de descolonização, o Irã virou sua atenção para a nacionalização das reservas de petróleo. Por conseguinte, firmou-se um acordo onde o domínio dos bens e das reservas ficaria sobre uma empresa estatal iraniana, mas a operação do campo e a comercialização, ou seja, parte logística operacional seria coordenada por meio de um consórcio de grandes empresas, sem sua maioria dos Estados Unidos. Dessa forma se instaurou na região um sistema econômico petrolífero baseado em contratos de concessão entre os governos árabes e empresas, em sua maioria americana, livres para ajustar quantidades e preços que julgassem adequados. Contudo, após um determinado período, companhias que foram excluídas dos acordos, mas que possuíam forte interesse ao acesso às fontes do Oriente Médio declararam uma onda de competição por meio da tentativa de novos acordos, comprometendo o ordenamento do mercado internacional. À época, as importações dos EUA sofriam um regime de cotas, os países árabes se encontravam em conflito, o petróleo dos países exportadores pertencia a companhias concessionárias e o petróleo soviético submergia no mercado.

Até o começo dos anos 1970, os Estados Unidos eram quem assegurava a segurança energética a Europa Ocidental. Com o fim do sistema de cotas para importação do óleo texano, em 1972, a demanda global por essa mercadoria aumentou drasticamente, contudo, a capacidade americana de suprir essa demanda, caiu. Dessa forma, o governo estadunidense anunciou oficialmente que a potência da América já não poderia mais garantir a segurança energética da Europa. Uma vez que o embargo por parte dos países do Oriente Médio, resultante da Guerra dos Seis Dias havia acontecido a menos de um ano, os países europeus, em especial a Inglaterra, entraram em estado de alerta, levando em consideração que a oferta de petróleo vinda dos Estados Unidos foi decisiva para o recuo árabe na região.

Com a retirada das tropas inglesas do Oriente Médio, que estavam fixadas em uma região produtora de 32% do petróleo mundial capitalista e pertencente a 58% das reservas do mundo, na visão dos EUA, que começaram a depender em

certo ponto da importação do petróleo, era preciso a tomada de poder na região por parte de uma potência local conciliador. Essa potência viria a ser o Irã, dado a relação pessoal entre os dois Estados.

A tensão era Estados Unidos e Oriente Médio, em termos energéticos, começou a se tornar uma realidade quando, em 1970, o governo líbio, comandado por Qaddafi, obteve um aumento significativo de 55% nos resultados de um contrato, ameaçando assim, uma das empresas americanas de nacionalização. Com isso, as grandes empresas americanas afetadas diretamente e indiretamente por esse acordo, juntamente com o apoio do seu governo, reivindicaram com a OPEP que as negociações fossem realizadas em bloco, não mais por empresa, padronizando a comunicação entre os governos locais por meio da Organização. O efeito desse motim foi o Acordo de Teerã, em 1971, que estabeleceu a regra de 55%-45%.

Contudo, com a instabilidade do sistema monetário internacional, os Estados, buscando uma participação direta ou seja, a compra parcial dos direitos sobre suas reservas – que pertenciam a empresas, uma onda de nacionalização entre os principais países do sistema energético tomou conta do cenário internacional.

Com a crise de 1973, a alta no preço do petróleo impulsionou o Kuwait e a Líbia a instituir restrições às suas exportações. Concomitante a isso, os países árabes, apoiados pelas grandes companhias americanas, pressionavam o governo norte americano para uma mudança política em relação ao apoio à Israel, com a ameaça de corte nas suas exportações de petróleo. Entretanto os EUA não cederam à pressão e às declarações soviéticas de uma possível guerra no Oriente Médio. Assim, quando a Síria e o Egito atacaram Israel, o governo norte americano, apoiando Tel-Aviv, veio a sofrer embargo nas suas importações de petróleo oriundas dos países árabes, além de suas empresas terem suas relações rompidas. A partir desse momento a relação entre Estados Unidos e Oriente Médio passava de cooperação para conflito, e o país do continente ocidental ameaçou, pela primeira vez, o uso militar como garantia de acesso às fontes de petróleo. Foi nessa nova realidade que a Arábia Saudita passou a ser considerada principal ofertante de petróleo, tirando a hegemonia norte americana, culminando no que ficou conhecido como bomba do petróleo.

Diante a declaração do presidente Jimmy Carter de que o Golfo Pérsico era considerado uma região vital para o interesse norte americano, inclusive chegando a

declarar que estariam dispostos a defendê-la por todos os meios necessários, os EUA buscaram um controle direto do Oriente Médio, visando o acesso ao fornecimento de petróleo, e não menos importante, proteger os interesses de Israel e de seus aliados. Ficando assim conhecido como Doutrina Carter.

Vamos deixar absolutamente clara a nossa posição: qualquer tentativa de uma força externa de obter o controle da região do Golfo Pérsico será considerada um ataque aos interesses vitais dos Estados Unidos da América, e esse ataque será repellido por todos os meios necessários, inclusive a força militar. (CARTER, 1980, SN.).

Com o fim da Guerra Fria, as intervenções dos EUA na região se intensificaram, chegando a seu clímax em 1991, com a guerra contra o Iraque, em resposta a invasão ao Kuwait por parte do governo de Saddam Hussein, que se apoderou das valiosas reservas de petróleo da região, colocando em risco a segurança da Arábia Saudita. Como citado anteriormente, à efeito de uma operação militar conduzida pelos EUA, as tropas iranianas se retiram do Kuwait, retomando o poder por parte da família real.

Durante o período em que permaneceu militarmente no Golfo Pérsico, os EUA tiveram que lidar com dois grandes inimigos locais que colocam em perigo a hegemonia estadunidense: o governo de Saddam Hussein, no Iraque, e o regime do Irã. A estratégia de Washington para combater as forças contrárias se baseou nas sanções econômicas aplicadas contra o Iraque, e restrições econômicas no Irã juntamente com uma forte pressão política. Todavia, essa estratégia não obteve o sucesso esperado: ainda que o Iraque tenha sofrido os efeitos das sanções, chegando a um frágil estado econômico, à medida em que isso acontecia, o Irã se aproveitava para aumentar sua influência na região.

Com a volta dos republicanos ao governo dos Estados Unidos, quando George W. Bush foi eleito presidente, foi adotada uma postura mais agressiva para defender os interesses estadunidenses, em especial no Oriente Médio, comandada por neoconservadores que estavam à frente da política externa. Os atentados de 11 de setembro serviram como pretexto para uso da força militar contra os inimigos dos EUA, começando pela invasão no Afeganistão, alegando que o governo afegão abrigava diversas bases da Al Qaeda, até o ataque a Bagdá – considerado por Igor Fuser (2014) o principal alvo.

Visando desarticular o governo de Saddam Hussein, Bush com a corroboração da mídia e de seus aliados políticos - em especial o primeiro ministro britânico, Tony Blair – disseminou a ideia de que o líder iraquiano teria ligações diretas com o terrorismo, assim como o regime iraquiano possuía armas químicas, caracterizando-se como ameaça a segurança internacional. Conseqüentemente, em 2003, Os Estados Unidos invadiram o Iraque, destituindo Saddam Hussein do cargo de liderança, e o substituindo por reguladores iraquianos simpatizantes das forças de ocupação. As tropas de combate se retiraram oficialmente da região somente em 2011, sob a ordem de Barack Obama (democrata).

Restam poucas dúvidas quanto ao motivo decisivo para a operação militar estadunidense no Iraque: o controle político das reservas petrolíferas do Golfo Pérsico, num contexto de dependência crescente dos EUA e da economia mundial perante esse recurso energético sob risco de escassez. O Iraque é um país com uma importância estratégica especial – dono da segunda maior reserva petrolífera mundial e, além disso, situado no centro geográfico e político do Golfo Pérsico, em cujo subsolo repousam quase 2/3 do petróleo ainda existente no planeta. (FUSER, 2014, p. 243.).

O primeiro imóvel público invadido pelas tropas estadunidenses em Bagdá, foi o Ministério do Petróleo, deixando claro que o real motivo da ocupação no Iraque era a disputa pelo petróleo – considerando que o país é o terceiro no mundo em nível de reservas e os custos de produção iraquiana está entre os mais baixos do mundo. A esperança do Departamento de Energia dos EUA era de que com o Ministério sob o controle das forças estadunidenses, a produção iraquiana crescesse depressa. Todavia, isso não aconteceu, pois os engenheiros iraquianos contiveram os planos de privatização da indústria petrolífera, que até hoje se recusa à ocupação estrangeira. A produção não só não cresceu, como caiu consideravelmente entre os anos de 2003 e 2007, voltando a aumentar somente em 2010 quando o governo iraquiano já possuía certo grau de influência.

Atualmente, com uma aparente estabilidade política no Iraque, a expectativa mundial é que o país aumente sua participação no mercado global de energia. Ainda que o país seja considerado o terceiro no mundo em reservas de petróleo, devido às diversas guerras e sanções impostas à ele a pesquisa no setor petrolífero está estagnada há mais de duas décadas, impossibilitando o desenvolvimento e

aproveitamento dessas reservas já conhecidas, fora as reservas em áreas ainda não exploradas.

A expectativa do governo iraquiano é que com a entrada de companhias estrangeiras no país aumente a produção de petróleo. A ascensão da indústria petrolífera iraquiana depende da habilidade do governo em estabilizar o país após a retirada das forças de ocupação e, conseqüentemente, lidar e enfrentar os agravantes (étnicos, políticos e religiosos) que permeiam a região, sendo eles os grandes responsáveis pelo Iraque não conseguir explorar seu petróleo de uma forma eficiente.

A Arábia Saudita é, atualmente, o maior produtor mundial de petróleo com participação diária entre 8,5 milhões e 10,5 milhões de barris, detentor das maiores reservas mundiais que representam cerca de 20% do total, e o principal ator no conjunto dos países exportadores. Em decorrência disso, e à forte aliança com outros governos monárquicos do Golfo Pérsico, destacando-se Kuwait, Catar e Emirados Árabes, o regime saudita controla a definição da OPEP sobre os preços globais do petróleo. Contudo, de acordo com Igor Fuser (2014) perigoso supor que o país saudita consiga manter esse padrão, uma vez que cada vez mais uma parcela da produção será direcionada para o consumo interno a fim de abastecer a indústria petroquímica nacional.

O Irã encara desde 1979, ano em que a relação entre os dois países foi rompida, pressão política e econômica dos EUA. Fora isso, uma lei legitimada no governo Clinton proíbe empresas estadunidenses de negociarem com o país islâmico. Com a eleição de Mahmoud Ahmadinejad, os EUA juntamente com seus aliados começaram a acusar o Irã de estar utilizando tecnologia de enriquecimento de urânio para fabricação de bombas atômicas, embora o governo iraniano justifique que essa prática é utilizada para energia nuclear para fins pacíficos.

O real motivo por trás das sanções impostas sob o Irã, é a grandeza energética do país. O Irã é detentor da segunda maior reserva mundial de petróleo, equivalente a 9,9% do total, fazendo dele um dos principais agentes na geopolítica energética. Não obstante, o país é o segundo em reservas de gás natural, ficando atrás somente da Rússia

Grande parte da produção iraniana - estima-se que a metade - é exportada para Ásia, em especial Japão, China, Índia e Coréia do Sul. Em termos geográficos, seria de suma importância a instalação de uma rede internacional de gasodutos que

transpasse a Ásia Central para alcançar esses grandes consumidores. Como possível alternativa, os EUA sugerem a construção de um gasoduto Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia, entretanto isso só seria viável com o fim do conflito afegão.

4.3 O ENVOLVIMENTO DAS GRANDES POTÊNCIAS NOS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA

É inviável tratar da questão do petróleo e não falar sobre o Brasil. O país detém a maior empresa da América Latina que, no caso, é do setor energético: a Petrobrás. Criada em 1953 a fim de equacionar o problema do Petróleo no Brasil (CONANT; GOLD, 1981), a Petrobrás é hoje umas das mais importantes companhias no cenário energético mundial, acentuando a influência do Brasil nesse setor, principalmente na América do Sul, onde ocorreram os primeiros movimentos contra o sistema de concessão e a criação de companhias estatais de petróleo.

A progressiva demanda de energia no Brasil, durante o século XX, se deu pelo intenso desenvolvimento econômico vivenciado no país. Esse desenvolvimento foi ocasionado pela junção do processo de industrialização, expansão demográfica e da instalação de plantas energo-intensivas a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. (TOLMASQUIM¹⁶; GUERREIRO¹⁷; GORINI¹⁸, 2007)

A busca dos governos brasileiros por um espaço de maior relevância no cenário internacional, ou por um “Brasil Potência”, programou diversas ações políticas, em especial no governo comandado por Luís Inácio Lula da Silva. Dentre essas ações, que visavam destacar o país como potência regional da América do Sul, a principal delas foi a criação do Mercosul, como forma de integração econômica. Nessa ótica sul americana, a Petrobrás exerce papel fundamental no processo de integração energética regional, colocando o Brasil na liderança do bloco e sendo fator chave para o poder geopolítico brasileiro. A companhia brasileira está associada às principais empresas petrolíferas do mundo, localizadas em países como Estados Unidos, Bolívia, Argentina, Nigéria, Cazaquistão e Guiné Equatorial, atuando claramente no âmbito de negócios internacionais, impulsionando o Brasil

¹⁶ Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

¹⁷ Diretor de Estudos Econômicos e Energéticos da EPE

¹⁸ Assessor da Superintendência de Economia da EPE

para o mercado petrolífero mundial. Na esfera regional, a Petrobrás alcançou status de grande importância nos países vizinhos como a Argentina, Bolívia, Colômbia e Venezuela, se consolidando como agente energético da América do Sul. (MACHADO; ALMEIDA, 2007)

Em 2006, liderando um valioso consórcio entre a Partex e a British Pex, a Petrobrás encontrou petróleo atravessando uma camada de sal a mais de 5 mil metros desde a superfície do mar, gerando uma série de novas perfurações buscando encontrar outras áreas onde pudesse se encontrar petróleo sob a camada de sal. Com base nessas novas explorações, em 2007 o governo anunciou oficialmente a descoberta do pré-sal, que se consagrou como a nova realidade da indústria petrolífera nacional e internacional. Parte disso é consequência do aumento significativo da demanda energética dos Estados Unidos e da China, que buscam no pré-sal a agenda política energética necessária para suprir suas necessidades nacionais. (SCHUTTE¹⁹, 2012)

Um importantíssimo mecanismo inter-regional criado oficialmente em 2007, pelo Brasil, Rússia, Índia e China – mais tarde sendo completado pela África do Sul – emergiu como ator relevante para o setor energético mundial: o BRICS. Sendo o Brasil considerado a grande potência da América do Sul, a Rússia controladora de grande parte da oferta energética da Europa, Índia e China em ascensão na questão de demanda por petróleo e a África do Sul detentora de grandes reservas, além de ser uma potência regional africana, o grupo reuniu 5 grandes economias emergentes que exercem papel de influência sobre o petróleo mundial.

Dentro do BRICS, destaca-se a Rússia, primeiro país a oficializar a descoberta de reservas de petróleo em território nacional, (CONANT; GOLD, 1981). O país é atualmente uma das grandes economias emergentes no sistema internacional, tendo a exportação de matérias-primas energéticas como principal agente da ascensão russa no mercado mundial, considerando-se que a Rússia é o maior produtor e exportador de gás natural do mundo, além de possuir as maiores reservas. Ao nível do petróleo, é o segundo maior produtor, quarto maior consumidor, um dos maiores exportadores e o oitavo país com as maiores reservas. (RAFAEL, 2007)

¹⁹ Professor da Universidade Federal do ABC

O petróleo importado da Rússia começou a fazer parte da matriz energética europeia após o fim da Segunda Guerra Mundial. À época, os estoques dos países europeus eram suficientes para abastecer a demanda interna em até 90 dias, não havendo a ameaça do corte de fornecimento. Juntamente à isso, a referente facilidade do transporte de petróleo proporcionou a Europa uma posição de segurança, em que essa se via protegida de qualquer corte soviético (ADAMSON, 1985)

Contudo, com a elevação na demanda global por commodities energéticas a partir dos anos 2000, relacionada com a alta nos preços do petróleo, resultou no declínio do poder europeu sobre a Rússia – que viu nisso a oportunidade de se reestruturar após a crise de 1998. A partir desse momento, a Europa começaria a pagar mais pela obtenção dos recursos energéticos russos e a sofrer uma maior concorrência dos demais países na disputa por esses recursos, se tornando evidente a dependência europeia pela Rússia. (GOLDTHAU, 2007)

A problemática acerca da vulnerabilidade e da dependência é que os dois conceitos se diferenciam. A vulnerabilidade diz respeito aos possíveis danos que um país sofrerá caso ocorra à interrupção do seu abastecimento e possibilidade real desse corte ser efetivo, já a dependência energética refere-se a quantidade de recursos que são importados por esse país. (ADAMSON, 1985). A tabela abaixo evidencia esses dois conceitos:

Tabela 1 – A Dependência e Vulnerabilidade Europeia por país – Petróleo

Pais	Fornecimento de Petróleo da Rússia (em mil toneladas)	Participação do Petróleo Russo no Consumo Nacional de Petróleo (em porcentagem)	Participação do Petróleo Russo no Total das Importações de Petróleo (em porcentagem)
Letônia	1.866	100	100
Lituânia	8.661	100	100
Eslováquia	5.551	98,8	99,2
Polônia	17.181	98,3	99,4
Ucrânia	19.091	90,6	100
Hungria	5.273	79,7	100
Finlândia	7.692	69,9	70,4
República Tcheca	4.452	67,7	69,4
Bulgária	2.411	46,1	46,2
Romênia	3.997	29,8	62,8
Alemanha	26.395	24,2	24,8
Áustria	2.149	24,1	29,3
Itália	20.907	23,5	24,9
Holanda	10.864	21,5	22,4
Suécia	4.030	19,5	19,5
Grécia	1.387	7	7
França	5.531	6,4	6,5
Espanha	3.145	5,5	5,5
Reino Unido	3.330	4,3	23,8
Portugal	380	3	3
Bélgica	751	2,1	2,1

Fonte: UNECE, 2007. Dados de 2003.

Considerando a enorme dependência e vulnerabilidade europeia em relação ao petróleo russo - tanto pelo grande volume importado, quanto pelo fato da Rússia ser o único fornecedor, como na Letônia e Lituânia -, a Europa tem buscado nos últimos anos políticas comuns para o fortalecimento dos países europeus em relação aos países produtores. Sendo assim, algumas medidas vêm sendo tomadas ao longo desses anos para diminuir a vulnerabilidade energética europeia (CEU, 2009b), tais como: criação e manutenção de estoques estratégicos, o aprimoramento do uso eficiente de energia, diversificação de fontes de importação, incentivar a pacificação na região, negociação para que seja construído um corredor energético que ligue o continente europeu a países da Ásia Central, dentre outros.

(GARCIA, 2010). A vulnerabilidade se mostrou evidente com a crise na Ucrânia, agravada no ano de 2015.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Petróleo é inegavelmente um dos motores da economia mundial. Todas as grandes potências mundiais, em algum momento da História, estiveram diretamente relacionadas a essa fonte de energia. Exemplo principal disso são os Estados Unidos, maior economia mundial que tem o Petróleo como um de seus substanciais instrumentos econômicos e políticos.

A influência dessa fonte de energia é evidente desde o fim da Segunda Revolução Industrial, que foi o evento decisivo para sua ascensão. A partir de então o seu poder foi se tornando cada vez mais significativo no cenário internacional e, conseqüentemente, as disputas por seu acesso começaram a transformar o conceito da segurança internacional. Os conflitos no Oriente Médio são uns dos mais duradouros e expressivos da história, isso porque, sendo essa região abundante em reservas de petróleo – inclusive se situando nela o maior produtor, a Arábia Saudita – a disputa pela obtenção de recursos energéticos não só significa abastecimento como também poder econômico e político. Exemplo primordial disso são os Estados Unidos que, como visto durante o trabalho, tem a região como uma de suas principais estratégias geopolíticas há muitos anos.

A segurança energética diz respeito à vulnerabilidade dos países a dependência dos recursos energéticos para o consumo básico, como luz e força, por exemplo, e é por causa dessa vulnerabilidade que a questão do petróleo vem se tornando cada vez mais problemática, uma vez que o acesso ineficaz as reservas, principalmente nas regiões de conflitos, tem gerado instabilidade no mercado petrolífero. Essa situação se agrava com o domínio de poucos países sobre a dinâmica energética global como a Arábia Saudita, Rússia e Estados Unidos.

A atual preocupação em relação ao petróleo é: sendo ele uma fonte de energia não renovável, ou seja, esgotável, como se dará o processo de esgotamento dessa fonte de energia e como as demais fontes de energia, tanto renováveis quanto não renováveis, serão capazes de suprir a demanda energética. Como analisado anteriormente, o xisto betuminoso e o gás natural vem aumentando sua influência no cenário energético, principalmente nos Estados Unidos e em parte da Europa. Contudo, esses dois recursos não são renováveis, dessa forma não podem ser considerados substitutos integrais do petróleo, ainda que os Estados Unidos já

esteja apostando sua demanda nacional na exploração do xisto há certo tempo. Na Rússia e em alguns países europeus, o gás natural exerce papel fundamental no abastecimento energético, mas tendo a crise da Ucrânia como agravante da dependência europeia pelo gás russo, é extremamente necessário o investimento em outras fontes de energia.

A possível solução para o esgotamento do petróleo veio com a influência de energias renováveis, como a eólica e a solar, que além de serem fontes seguras, oferecem menores riscos ao meio ambiente. A energia cinética quando transformada pode se torna mecânica e elétrica já é uma realidade em países como China, Alemanha, Dinamarca, Portugal e Estados Unidos. Contudo, além um processo de alto custo, o funcionamento dessa fonte de energia depende condições climáticas favoráveis. O mesmo pode ser dito sobre a energia solar, que até mesmo no Brasil já é uma realidade, ainda que não muito relevante. Nas próximas décadas a tendência é que essas fontes de energia se tornem relativamente relevantes no cenário internacional – atualmente a sua totalidade mundial beira 1%. Para isso será necessário investimento e esforço dos países para se adaptarem ao novo cenário energético que começará a se instalar mundialmente.

Ainda que novas fontes tenham emergido, o petróleo continua e continuará sendo pelas próximas décadas a principal fonte de energia mundial, isso porque na somatória de todos os fatores agregados, ele não é somente artefato energético, mas também político e econômico. Enquanto a realidade energética depender do petróleo, os conflitos causados pela disputa dessa fonte de energia continuarão sendo uma realidade e, aqueles que detêm as maiores e melhores reservas, continuarão com o poder energético em suas mãos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Synthio Vieira; MACHADO, Luane Rubim. **A Petrobrás e a geopolítica brasileira na América do Sul: questão boliviana**, 2007. Disponível em: <http://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/CircuitoIC/article/view/1862/1040>. Acesso em: 25 de nov de 2015.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segundo Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2013.

BARBOSA, Rubens Antônio. **Os Estados Unidos pós 11 de setembro de 2001: implicações para a ordem mundial e para o Brasil**, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n1/a03v45n1.pdf>. Acesso em: 19 de nov de 2015.

BUZAN, Barry; HANSE, Lene. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security: a new framework for analysis**. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1998.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Londres: Cambridge University Press, 2004.

CIFUENTES, Pedro. **O “ouro negro” faz a América Latina sofrer**, 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/13/economia/1423852274_480462.html. Acesso em: 24 de nov de 2015.

CONANT, Melvin A.; GOLD, Fern Racine. **A Geopolítica Energética**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1981.

DUQUE, Marina Guedes. **O papel de sínteses da escola de Copenhague nos estudos de segurança internacional**, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292009000300003. Acesso em: 15 de nov de 2015.

FUNAG, biblioteca. **Estados Unidos: presente e desafios**, 2007. Disponível em: http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Estados_unidos_%20presentes_e_desafios.pdf. Acesso em: 10 de nov de 2015.

FUSER, Igor. **Energia e Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

FUSER, Igor. **O petróleo e o envolvimento dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003)**, 2005. Disponível em: <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/defesas/igor.pdf>. Acesso em: 10 de nov de 2015.

FUSER, Igor. **Os recursos energéticos e as teorias das Relações Internacionais**, 2012. Disponível em:

<<http://www.geocities.ws/politicausp/relacoesinternacionais/tri/Fuser.pdf>>. Acesso em: 21 de nov de 2015.

FUCCILE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. **Complexo Regional de Segurança da América do Sul: Uma Nova Perspectiva**, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v35n1/a03v35n1.pdf>>. Acesso em: 14 de nov de 2015.

GARCIA, Camila Lumertz. **A influência dos recursos energéticos russos nas suas relações exteriores contemporâneas com a Europa**, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28391/000770430.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 de nov de 2015.

GORINI, Ricardo; GUERREIRO, Amílcar; TOLMASQUIM, Maurício. T. **Matriz energética brasileira: uma prospectiva**, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000300003&script=sci_arttext>. Acesso em: 24 de nov de 2015.

ITAMARATY, mecanismos inter-regionais. **BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**, 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?Itemid=436&catid=159&id=3672&lang=pt-BR&option=com_content&view=article>. Acesso em: 24 de nov de 2015.

KRUGMAN, Paul. **A crise de 2008 e a Economia da Depressão**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2009.

LOPES, Giuliana Braga dos Reis. **Choques que mudaram o mundo: uma análise dos choque do petróleo e dos choques das commodities**, 2012. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Monografia_Giuliana_Lopes_2012.1.pdf>. Acesso em: 28 de out de 2015

MARINHO, Havana Alicia de Moraes Pimentel. **ESTADOS UNIDOS: o contexto dos anos 1970 e as crises do petróleo**, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/753/469>>. Acesso em 28 de nov de 2015.

MONIÉ, Frédéric; BINSZTOCK, Jacob (Orgs). **Geografia e Geopolítica do Petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

ONU, terrorismo. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/acao/terrorismo/>>. Acesso em: 8 de nov de 2015.

OPEC, about us. Disponível em: <http://www.opec.org/opec_web/en/about_us/24.htm>. Acesso em: 11 de set de 2015

PIMENTEL, Diego Alves. **Indicadores de vulnerabilidade de produtores de petróleo: o caso da OPEP**, 2006. Disponível em: <<http://ppe.ufrj.br/ppe/production/tesis/dapimentel.pdf>>. Acesso em 12 de set de 2015.

RAFAEL, João Miguel Chaves. **Estratégia energética da Rússia**, 2012. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/4547/3/Estrat%C3%A9gia%20energ>>

[%C3%A9tica%20da%20Russia.%20O%20caso%20do%20g%C3%A1s%20natural%20nas%20relacoes%20com%20a%20Europa.pdf](#)> Acesso em: 25 de nov de 2015.

REBÊLO, Felipe César José Matos. **Crise financeira de 2008: a intervenção do Estado no domínio econômico**, 2010. Disponível em:

<http://www4.jfrj.jus.br/seer/index.php/revista_sjrj/article/viewFile/213/171>. Acesso em: 29 de out de 2015.

SANTOS, Edmilson Moutinho. **Petróleo – Quadro estratégico-global no início do século XXI**, 2003. Disponível em: <<http://politicaexterna.com.br/2232/petroleo-quadro-estrategico-global-inicio-seculo-xxi/>>. Acesso em 5 de nov de 2015.

SATO, Eiiti. **A ordem internacional hoje: segurança, estabilidade e bens públicos in-ternacionais**. Disponível em:

<http://www.faap.br/revista_faap/rel_internacionais/internacional.htm>. Acesso em: 13 de nov de 2015.

SCHUTTE, Giorgio Romano. **Panorama do Pré-sal: desafios e oportunidades**,

2012. Disponível em:< http://brasilnomundo.org.br/wp-content/uploads/2015/08/056_Panorama.do_.pr%C3%A9.sal_Giorgio.Schutte.pdf>. Acesso em: 24 de nov de 2015.

TANNO, Grace. **A contribuição da Escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional**, 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292003000100002>. Acesso em: 15 de nov de 2015.